

MERCADOS

Bolsa tem maior perda em quase um mês, aos 170,3 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) acentuou perdas desde o início da tarde, em dia de acomodação também em Nova York após sequência de recordes nos três índices de referência dos EUA. Mas conseguiu ao menos conservar, no intradía e no fechamento, o patamar de 170 mil pontos, ainda nos menores níveis desde janeiro, depois da recuperação ensaiada no dia anterior. Nesta quarta-feira, oscilou entre mínima de 170.007,55 e máxima de 174.192,19 pontos, correspondente ao nível de abertura. Ao fim, marcava 170.330,63 pontos, em baixa de 2,22%, com giro a R\$ 28,3 bilhões.

Na semana, faltando ainda a sessão de sexta-feira para a conclusão do primeiro intervalo de junho, o Ibovespa (Índice Bovespa) cai 1,99%. No ano, limita o avanço a 5,71%. O desta quarta-feira foi o menor nível de fechamento desde 20 de janeiro. Em porcentual, foi a maior perda para o Ibovespa em quase um mês, desde 7 de maio (-2,38%).

a sessão que antecede o Dia de Corpus Christi em queda de 3,78%, na mínima do dia. Petrobras ON e PN, que contribuíam mais cedo para mitigar as perdas do índice da B3, viraram ainda no início da tarde e fecharam nas respectivas mínimas, pela ordem, em bai-

xa de 1,12% e 0,77%. Entre as maiores instituições financeiras, as perdas desta quarta-feira chegaram a 2,34% em Santander Unit no fechamento e 2,12% no principal papel do setor, Itaú PN.

DÓLAR

O dólar acelerou o ritmo de alta ao longo da tarde desta quarta-feira, alinhado ao comportamento da moeda americana no exterior, e encerrou o dia na casa de R\$ 5,06. Uma nova rodada de aumento dos preços do petróleo, na esteira do recrudescimento das tensões no Oriente Médio após ataques mútuos entre Estados Unidos e Irã, avivou os temores inflacionários e impulsionou as taxas dos Treasuries, abalando o apetite por divisas emergentes.

Depois de registrar máxima a R\$ 5,0902, em paralelo à mínima do Ibovespa, o dólar à vista encerrou o pregão em aumento de 1,14%, a R\$ 5,0668 - maior valor de fechamento desde 8 de abril (R\$ 5,1029). Com a arrancada, a moeda apagou a perda acumulada de 0,66% nos dois últimos pregões e passou a exibir valorização de 0,47% neste início de junho, após avanço de 1,82% em maio. No ano, o recuo é de 7,69%. O real mantém o melhor desempenho em 2026 no universo das divisas mais líquidas, considerando economias desenvolvidas e emergentes.

MAIO

Exportações brasileiras para os EUA caem 14%; para a China, crescem

FLÁVIA SAID/AE

As exportações de produtos brasileiros para os Estados Unidos caíram 14% em maio de 2026 (somando US\$ 3,090 bilhões no mês, ante US\$ 3,595 bilhões em maio de 2025).

Pelo lado das importações, houve diminuição de 11% nas compras vindas dos EUA em maio (totalizando US\$ 3,211 bilhões, ante US\$ 3,610 bilhões em igual mês do ano passado). Assim, a balança comercial com os EUA resultou num déficit de US\$ 121 milhões em maio.

No acumulado de janeiro a maio de 2026, em relação ao mesmo período do ano anterior, as exportações para os Estados Unidos caíram 16% e atingiram US\$ 14,012 bilhões. As importações caíram 12,6% e totalizaram US\$ 15,478 bilhões. Dessa forma, neste período, a balança comercial para este país apresentou déficit de US\$ 1,47 bilhão.

Os dados foram divulgados nesta quarta-feira, pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

CHINA

As exportações de produtos brasileiros para a China cresceram 9,5% em maio de 2026 (somando US\$ 10,497 bilhões no mês, ante US\$ 9,591 bilhões em maio de 2025).

Pelo lado das importações,

houve crescimento de 24,2% nas compras vindas da China em maio (totalizando US\$ 6,799 bilhões, ante US\$ 5,475 bilhões em igual mês do ano passado). Com isso, o Brasil teve superávit de US\$ 3,70 bilhões com o país asiático no quinto mês deste ano.

No período de janeiro a maio de 2026, em relação a igual período do ano anterior, as vendas para China cresceram 21,8% e atingiram US\$ 43,263 bilhões. As importações cresceram 4,1% e totalizaram US\$ 30,759 bilhões. Consequentemente, neste período, a balança comercial com a China apresentou superávit de US\$ 15,50 bilhões.

UNIÃO EUROPEIA

As exportações de produtos brasileiros para a União Europeia cresceram 8,8% em maio deste ano em relação ao mesmo mês de 2025 e somaram US\$ 4,908 bilhões, ante US\$ 4,510 bilhões. As compras caíram 6,9% (somando US\$ 4,010 bilhões, ante US\$ 4,306 bilhões no mesmo mês do ano passado). A balança comercial com este bloco resultou num superávit de US\$ 898 milhões em maio.

No período acumulado de janeiro a maio de 2026, em relação a igual período do ano anterior, as exportações para a União Europeia cresceram 6,7% e atingiram US\$ 21,814 bilhões. As importações caíram 3,4% e totalizaram US\$ 19,555 bilhões.

IBGE

Indústria cresce 0,7% em abril, 4º mês seguido de alta

A produção industrial brasileira teve alta de 0,7% em abril de 2026 frente a março de 2026, na série com ajuste sazonal, quarto mês seguido de aumento, acumulando 4,4% de avanço neste período.

Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgada nesta quarta-feira, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com o resultado, a indústria está 4,7% acima do patamar pré-pandemia (fevereiro de 2020), mas registra 12,9% abaixo do nível recorde, alcançado em

maio de 2011.

A indústria brasileira acumula crescimento de 1,7% nos quatro primeiros meses de 2026 frente ao mesmo período do ano anterior.

Na passagem de março para abril de 2026, duas das quatro grandes categorias econômicas e 14 dos 25 ramos industriais pesquisados avançaram na produção. As influências mais significativas vieram dos segmentos de indústrias extrativas (3,1%) e coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (3,1%), ambas crescendo pelo quinto mês con-

secutivo.

"Nestas atividades, as pressões positivas mais relevantes vieram de óleos brutos de petróleo, gás natural e minério de ferro, no caso do setor extrativo, e de álcool etílico e dos derivados do petróleo, especialmente o óleo diesel, para a atividade dos derivados do petróleo e biocombustíveis", explicou o gerente da PIM, André Macedo.

Segundo o IBGE, outras contribuições positivas sobre o total da indústria vieram de produtos de borracha e de material plástico

(3,1%), produtos de madeira (8,5%), produtos têxteis (4,1%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (2,2%).

Por outro lado, entre as 11 atividades que recuaram na produção, produtos químicos (-3,9%) exerceu a principal influência no mês. "Destaca-se também os impactos negativos dos setores de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (-6%), máquinas e equipamentos (-2,9%), veículos automotores, reboques e carrocerias (-0,7%) e metalurgia (-1,0%)", diz o IBGE.

BALANÇA

Superávit comercial cresce 10,8% em maio puxado por soja e cobre

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O aumento nas exportações de soja e de cobre fez o superávit da balança comercial crescer em maio, divulgou nesta quarta-feira o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). No mês passado, as exportações superaram as importações em US\$ 7,823 bilhões.

O resultado representa alta de 10,8% em relação ao mesmo mês de 2025, quando o superávit ficou em US\$ 7,059 bilhões. Desde o início da série histórica, em 1989, o superávit é o quarto maior para o mês, só perdendo para maio de 2023 (US\$ 10,978 bilhões), de 2021 (US\$ 8,536 bilhões) e de 2024 (US\$ 8,302 bilhões).

O valor das exportações e das importações ficou o seguinte:

- Exportações: US\$ 31,904 bilhões, alta de 6,6% em relação a maio do ano passado;
- Importações: US\$ 24,081 bilhões, alta de 5,3% na mesma comparação.

Tanto no caso das exportações como das importações, os valores são o segundo maior para meses de maio desde o início da série histórica. Em relação às exportações, só perde para o mesmo mês de 2023. Em relação às importações, para maio de 2022.

ACUMULADO

Nos cinco primeiros meses do ano, a balança comercial registra superávit de US\$ 32,662 bilhões, valor 34,2% superior ao registrado no mesmo período do ano passado. Além da recuperação das commodities (bens primários com cotação interna-

cional), o crescimento deve-se à importação de uma plataforma de petróleo em fevereiro de 2025, operação que não se repetiu em 2026.

- Composição ficou a seguinte: Exportações: US\$ 148,571 bilhões, alta de 8,7% em relação ao registrado no mesmo período do ano passado;
- Importações: US\$ 115,908 bilhões, alta de 3,2% na mesma comparação.

O superávit acumulado é o terceiro maior da série histórica, só perdendo para os cinco primeiros meses de 2024 (US\$ 35,227 bilhões) e de 2023 (US\$ 34,540 bilhões).

SETORES

Na distribuição por setores da economia, as exportações em maio variaram da seguinte forma em relação ao mesmo mês do ano passado:

- Agropecuária: +9,8%, com alta de 6,1% no volume e de 2,8% no preço médio;
- Indústria extrativa: -1,9%, puxada pelo petróleo, com queda de 26,6% no volume e crescimento de 33,8% no preço médio;
- Indústria de transformação: +9%, com alta de 1% no volume e de 7,4% no preço médio.

PRODUTOS

Os principais produtos responsáveis pela alta das exportações em maio foram os seguintes:

- Agropecuária: soja (+14,6%); algodão bruto (+45,3%); e milho não moído, exceto milho doce (+267,2%);
- Indústria extrativa: óleos brutos de petróleo (-9,3%); minério de ferro (-15,2%) compensados pelo crescimento das

vendas de minério de cobre (+149,4%);

- Indústria de transformação: carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (+50,2%); combustíveis (+75,2%); e ouro não monetário (+56,7%).

Em valores absolutos, os dois itens que mais puxaram o crescimento mensal foi a soja, com alta de US\$ 804,1 milhões nas exportações em relação a maio do ano passado, motivada pela safra e pela alta nos preços. Em seguida, vem o minério de cobre, com alta de US\$ 617,9 milhões.

No caso do petróleo bruto, as exportações recuaram US\$ 390,8 milhões, com o volume recuando 42,1%, apesar da alta de 56,7% no preço médio, provocada pela guerra no Oriente Médio. A queda no volume está parcialmente relacionada à alíquota temporária de 12% de Imposto de Exportação de petróleo, imposta em meados de março como medida para segurar a alta dos combustíveis após o início do conflito.

Apesar do crescimento das exportações agropecuárias, as vendas de café despencaram em maio. No mês passado, o Brasil vendeu US\$ 297,6 milhões a menos do que em maio de 2025 (-24,5%). A queda deveu-se à redução de 8,6% no volume e de 13,4% no preço médio.

IMPORTAÇÕES

Em relação às importações, a alta está vinculada principalmente a veículos, cujas compras do exterior subiram US\$ 833,5 milhões em maio na comparação com o mesmo mês de 2025. Na divisão por categorias, os principais produtos são os

seguintes:

- Agropecuária: pescados (+38,1%); produtos hortícolas (+26,6%); e soja (+24,4%);
- Indústria extrativa: fertilizantes brutos (exceto adubos) (+68,4%); carvão não aglomerado (+59,8%); e linhita e turfa (+115,1%);
- Indústria de transformação: combustíveis (+45,2%); válvulas e tubos termiônicos (+49%); e automóveis de passageiros (+80,1%).

PROJEÇÕES

Para este ano, o Mdic projeta superávit comercial de US\$ 72,1 bilhões, alta de 5,9% em relação ao resultado positivo de US\$ 68,1 bilhões em 2025.

Segundo o Mdic, as exportações deverão encerrar o ano em US\$ 364,2 bilhões, alta de 4,6% em relação a 2025. As importações deverão chegar a US\$ 280,2 bilhões em 2026, aumento de 4,2% na comparação com o ano passado.

As projeções oficiais para a balança comercial são atualizadas trimestralmente. Segundo o Mdic, novas estimativas mais detalhadas sobre exportações, importações e saldo comercial de 2026 serão divulgadas em julho. O recorde de superávit foi registrado em 2023, quando o resultado positivo ficou em US\$ 98,9 bilhões.

As estimativas do Mdic estão menos otimistas que a das instituições financeiras. Segundo o boletim Focus, pesquisa semanal do Banco Central com analistas de mercado, a balança comercial encerrará o ano com superávit de US\$ 76,2 bilhões, projeção que subiu após o início da guerra no Oriente Médio.

INSALUBRIDADE

STF derruba idade mínima para aposentadoria especial

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por 6 a 5, derrubar o trecho da Reforma da Previdência que estabelecia idade mínima para a aposentadoria especial de trabalhadores que exercem atividades insalubres.

O tema faz parte de um conjunto de ações que questionam a reforma de 2019 e, juntas, têm impacto estimado de R\$ 497,9 bilhões para os cofres públicos,

segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026.

O trecho declarado inconstitucional diz que a aposentadoria aos segurados que comprovem o exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde será concedida aos

a) 55 anos de idade, quando se tratar de atividade especial de 15 anos de contribuição;

b) 58 anos de idade, quando se tratar de atividade especial de 20 anos de contribuição;

c) 60 anos de idade, quando se tratar de atividade especial de 25 anos de contribuição.

A ação foi ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI). Além de questionar a idade mínima, a entidade também contestou trechos que proíbem a conversão do tempo especial em tempo comum para períodos trabalhados após a promul-

gação da reforma e mudam a forma de cálculo da aposentadoria especial para o tempo de serviço anterior à reforma. Esses dispositivos, contudo, foram validados pelo Supremo.

A posição que prevaleceu foi apresentada pelo ministro André Mendonça. Em relação à idade mínima, ele foi acompanhado pelos ministros Kássio Nunes Marques, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Edson Fachin e Rosa Weber (aposentada).

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

ACESSE NOSSO SITE



HD Construction Equipment Brasil

- Indústria e Comércio de Equipamentos de Construção S.A.

CNPJ 13.837.846/0001-22

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da HD Hyundai Construction Equipment Brasil – Indústria e Comércio de Equipamentos de Construção S.A., de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as regras contábeis aplicáveis elaboradas em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do CPC relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes.

AMBIENTE ECONÔMICO

O exercício de 2025 foi marcado por um ambiente econômico desafiador no cenário internacional, com taxas de juros elevadas e volatilidade nos níveis de atividade, enquanto o mercado brasileiro apresentou resiliência, impulsionado principalmente pelos setores de agronegócio, mineração e investimentos em infraestrutura. No Brasil, observou-se crescimento moderado da atividade econômica, com impactos positivos sobre a demanda por equipamentos pesados. A continuidade de projetos de infraestrutura sustentou níveis de investimentos em bens de capital. No cenário externo, a manutenção de políticas monetárias restritivas em economias desenvolvidas influenciou o custo de capital e a dinâmica de investimentos globais, além de impactar a cadeia de suprimentos. A Companhia apresentou evolução em seus indicadores operacionais, com crescimento de receita

oferecer produtos diferenciados, investindo constantemente em alta qualidade, tecnologia de ponta e gestão sustentável. Assim, buscamos fortalecer nossa presença no mercado e contribuir para o crescimento do setor de construção no Brasil.

EVENTO SOCIETÁRIO

Abertura de Filial ES: Conforme AGE de 04 de novembro de 2025, foi aprovada a abertura da filial localizada no estado do Espírito Santo.

Alteração de nome: Em abril de 2026, a empresa passou a adotar a denominação social "HD Construction Equipment Brasil – Indústria e Comércio de Equipamentos de Construção S.A." anteriormente denominada "HD Hyundai Construction Equipment Brasil – Indústria e Comércio de Equipamentos de Construção S.A.", permanecendo inalterados o CNPJ.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio e a participação dos Senhores acionistas, clientes, funcionários, fornecedores, órgãos governamentais e aos membros da comunidade financeira pelos resultados alcançados até agora. A Administração reafirma seu compromisso com a transparência, disciplina financeira e geração de valor sustentável para seus stakeholders. Itaitiaia, 20 de maio de 2026.

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	47.098	44.038
Clientes	32.214	17.491
Outras contas a receber (Títulos)	47.124	-
Estoques	298.427	275.896
Tributos a recuperar	125.512	121.121
Adiantamentos a fornecedores	6.099	10.077
Outras contas a receber	5.108	24.116
	561.582	492.739
Não Circulante		
Clientes	32.392	-
Tributo a recuperar	137.226	125.579
Imposto de renda diferido	28.452	14.412
Depósito judicial	39.745	38.357
Outras contas a receber	373	373
Imobilizado	203.373	199.517
Intangível	118	103
	441.679	378.341
	1.003.261	871.080
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	235.707	258.139
Empréstimos e Financiamentos	138.712	138.719
Salários e encargos sociais	10.524	8.832
Adiantamento de clientes	10.050	1.706
Outras provisões	20.204	6.622
Outras contas a pagar	3.500	785
	418.697	414.803
Não Circulante		
Provisão para contingências	60.083	9.955
Outras provisões	307	275
	60.390	10.230
Patrimônio líquido		
Capital social	922.204	922.204
Prejuízos acumulados	-398.030	-476.157
	524.174	446.047
	1.003.261	871.080

Demonstração do resultado 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
Receitas líquidas	933.232	900.418
Custo dos Produtos e serviços vendidos	-774.239	-747.513
Lucro bruto	158.993	152.905
Despesas (receitas) operacionais:		
Despesas comerciais	-7.577	-8.913
Despesas gerais e administrativas	-80.737	-55.947
Outras despesas operacionais	45.682	68.656
Lucro antes do resultado financeiro líquido e impostos	116.361	156.701
Resultado financeiro, líquido	-35.155	-87.023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	81.206	69.678
Imposto de renda e contribuição social – correntes	-17.119	-7.710
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	14.040	-11.795
Lucro líquido do exercício	78.127	50.173
Lucro líquido por ação do capital social	0,08	0,05

Demonstração do resultado abrangente 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	78.127	50.173
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado do exercício	78.127	50.173

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	922.204	-526.330	395.874
Lucro líquido do exercício	-	50.173	50.173
Saldo em 31 de dezembro de 2024	922.204	-476.157	446.047
Lucro líquido do exercício	-	78.127	78.127
Saldo em 31 de dezembro de 2025	922.204	-398.030	524.174

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A HD Hyundai Construction Equipment Brasil – Indústria e Comércio de Equipamentos de Construção S.A. ("HCE-BR" ou "Companhia") com sede social e foro na Cidade de Itaitiaia, estado do Rio de Janeiro, na Rodovia Presidente Dutra, s/nº, Km 315, parte, Bairro Itaitiaia, foi constituída em maio de 2011, e tem como atividade econômica principal a fabricação de máquinas e equipamentos pesados, para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios. A HD Hyundai Construction Equipment Brasil – Indústria e Comércio de Equipamentos de Construção S.A., é uma Companhia por ações de capital fechado, devidamente registrada pelo disposto no seu estatuto social, tendo passado por transformação para Sociedade Anônima, em 20 de maio de 2014, devidamente registrado na JUCERJ. A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. Em 2025, observou-se crescimento moderado da atividade econômica, com reflexos positivos sobre a demanda por equipamentos pesados, impulsionada pela continuidade de projetos de infraestrutura e investimentos em bens de capital. Nesse contexto, a Companhia apresentou evolução de seus indicadores operacionais, registrando crescimento de receita em função do aumento do volume de vendas e do fortalecimento de sua rede de distribuidores. Destaca-se também o avanço das operações de pós-venda (aftermarket), com maior participação de peças e serviços no faturamento total, contribuindo para maior estabilidade e recorrência das receitas. No ambiente regulatório, a Companhia acompanhou continuamente os desdobramentos da Emenda Constitucional nº 132/2023, que introduziu mudanças estruturais no sistema tributário brasileiro. Durante o exercício, foram iniciadas análises sobre os potenciais impactos da transição para o IBS e a CBS, incluindo efeitos sobre a cadeia de valor, estrutura de custos, créditos tributários e formação de preços, bem como a adoção de medidas voltadas à mitigação de riscos associados ao período de transição tributária.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

1.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board – IASB, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **1.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e passivos financeiros, quando aplicável, mensurados a valor justo. A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem os saldos das contas de clientes, depreciação, fornecedores e demais obrigações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Entretanto, a Companhia revisa, anualmente, suas estimativas e premissas contábeis. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão em Reais, moeda funcional e de apresentação. **2.4. Estimativas contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. A definição das estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração foi elaborada com a utilização das informações disponíveis na data, envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem várias estimativas tais como: **Provisão de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa:** constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das suas contas a receber, levando em consideração as estatísticas de perdas históricas, e quando necessário, uma avaliação individual das principais das contas a receber inadimplentes com riscos eminentes de realização. **Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas fiscais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Imobilizado e intangível:** a Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente, ao encerramento de cada exercício. Durante o exercício, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível eram adequadas, não sendo requeridos ajustes.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, de vencimentos até 3 meses, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, o dinheiro em caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de liquidez imediata e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. **c) Clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias. A Companhia, com o objetivo de mensurar seus recebíveis, levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles ligados, realizou o ajuste ao valor recuperável em suas contas a receber, com intuito de prestar informações que possibilitem melhor tomada de decisão. **d) Estoques:** Estão representados por mercadorias destinados à venda e revenda avaliados pelo respectivo custo médio de aquisição ou produção, deduzida de provisão para obsolescência e de perdas de estoques que não supera o valor de mercado. O valor realizável líquido dos estoques é representado pelo preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. As provisões para perdas de estoques são registradas com base em percentuais aplicados em análises de aging e perdas com materiais obsoletos. As importações em andamento estão demonstradas ao custo de cada importação que não supera o valor de mercado. **e) Tributos a recuperar:** Estão representados por créditos tributários referentes à impostos das compras de mercadorias, os quais serão compensados com obrigações fiscais futuras e retenção na fonte de aplicações financeiras. A Companhia possui controles que lhe possibilitam avaliar que haverá a recuperação dos créditos, seja via apuração normal, compensação ou ressarcimento. **f) Adiantamentos a fornecedores:** Os adiantamentos a fornecedores são demonstrados pelo valor histórico que não supera o valor de mercado. **g) Imobilizado:** O imobilizado é registrado ao custo de aquisição e deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, as taxas que levam em consideração o tempo de vida útil dos bens. A Companhia efetuou a análise dos ativos, mediante inventário das máquinas e equipamentos. A Administração da Companhia efetuou a revisão dos prazos de vida útil do seu ativo imobilizado por julgar terem conhecimento de dados mais realistas. **h) Intangível:** O ativo intangível está representado por softwares (licenças de uso), estando contabilizado pelo custo de aquisição. A amortização da licença de uso foi calculada pelo método linear com base na estimativa de vida útil dos bens. A Companhia vem efetuando análises sobre a recuperação dos valores no intangível, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado e efetuou a revisão dos prazos de vida útil do seu ativo intangível por julgar terem conhecimento de dados mais realistas. **i) Instrumentos financeiros:** a) **Classificação e mensuração:** A administração classifica os instrumentos financeiros nas devidas categorias da norma do CPC 48. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **i) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, devem ser classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge (prote-

Demonstração dos fluxos de caixa 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	78.127	50.173
Imposto de renda diferido	-14.040	11.794
Depreciação e amortização	11.509	10.324
Resultado na baixa de imobilizado	1.735	78
Juros sobre empréstimos	6.616	9.674
Varição cambial	-15.483	31.139
Outras provisões	13.614	3.574
Provisão para contingências	50.128	-25.934
	132.206	90.822
Clientes	-47.115	-4.389
Outras contas a receber (Títulos)	-47.124	-
Estoques	-22.531	13.165
Tributos a recuperar	-16.038	41.753
Adiantamentos a fornecedores	3.978	-6.389
Outras contas a receber	19.008	-20.928
Depósito judicial	-1.388	-4.869
Fornecedores	-22.432	-69.822
Salários e encargos sociais	1.692	449
Adiantamento de clientes	8.344	-1.478
Outras obrigações	2.715	-4.327
	-120.891	-56.835
Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais	11.315	33.987
Juros pagos	-6.470	-10.062
Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais	4.845	23.925
Imobilizado / direito de uso / intangível	-17.115	-17.428
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-17.115	-17.428
Empréstimos e financiamentos – Captações	24.790	109.715
Empréstimos e financiamentos – Amortizações	-9.460	-124.778
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamentos	15.330	-15.063
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido	3.066	-8.566
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	44.038	52.604
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	47.098	44.038
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido	3.066	-8.566

• Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro tributável (ou prejuízo fiscal) e não dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis; ou • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: • Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro tributável (ou prejuízo fiscal) e não dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis; ou • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e reduzido na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a sua realização. Ativos fiscais diferidos anteriormente não reconhecidos ou baixados são reconhecidos na medida em que se torne provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para sua utilização. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas e na legislação tributária vigentes ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os tributos diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes, sendo nesses casos reconhecidos nas mesmas rubricas. Ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados somente quando há direito legalmente executável de compensação e quando se referem à mesma entidade tributável e à mesma autoridade fiscal. **q) Provisão:** Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. **r) Provisão para contingência:** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **s) Reconhecimento de Receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, e quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente. A receita de venda compreende o valor faturado pela venda de mercadorias. A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando o controle sobre essas mercadorias é transferido para o cliente. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um contrato a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Estoques

	2025	2024
Mercadorias para revenda	66.701	70.422
Matéria prima	122.006	114.871
Produtos acabados	37.572	11.102
Produtos em elaboração	15.235	18.627
Importações em andamento	63.556	66.286
Provisão para obsolescência e perdas de estoques	(6.643)	(5.032)
	298.427	275.896

Os materiais em estoques estão compostos por mercadorias para vendas e revendas, partes e peças para montagem de máquinas. A Companhia controla seus estoques via sistema ERP. Do confronto dos registros contábeis com o cotejamento físico foram identificadas diferenças, cujos valores resultaram em ajustes nas contas de resultado. Nos últimos anos a Companhia vem implementando melhorias em seus processos de gerenciamento de estoques, monitorando níveis dos estoques, previsão de demandas e otimização do reabastecimento, sempre com objetivo de manter um estoque eficiente e preciso. No ano de 2025 observa-se um aumento de estoque de máquinas produzidas localmente em função dos lançamentos de novas linhas de produtos (HX series).

Tributos a recuperar

	2025	Não Circulante	2024	Não Circulante
ICMS a recuperar	11.475	137.226	12.890	125.579
IPI a recuperar	420	-	1.448	-
PIS a recuperar	22.770	-	21.139	-
COFINS a recuperar	89.834	-	84.198	-
IRPJ e CSLL saldo negativo	818	-	1.374	-
Outros tributos a recuperar	195	-	72	-
	125.512	137.226	121.121	125.579

Os saldos são representados por saldos credores na apuração dos impostos de ICMS, PIS, COFINS e IPI resultante das aquisições de insumos, máquinas para revenda e de partes de peças em estoque e pagamentos por estimativas de IRPJ/CSLL. Os mesmos estão sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais durante os diferentes períodos prescricionais prevista em legislação específica. O saldo relacionado a Outros tributos, corresponde a recuperação de crédito de INSS das verbas de folha e IRRF a restituir.

Fornecedores

	2025	2024
HD Hyundai Construction Equipment Co., Ltd.	187.942	207.530
HD Hyundai Xitesolution Co., Ltd.	10.404	17.002
Hyundai Jianguo Construction Machinery Co., Ltd.	1.955	9.162
HD Hyundai Xitesolution China Co., Ltd.	3.924	2.616
HD Hyundai China Investment Co., Ltd.	3.531	1.908
HD Hyundai Co., Ltd.	-	868
HD Hyundai Heavy Industries Holdings Co., Ltd.	21	1.008
Partes relacionadas exterior	207.777	239.086
Fornecedores exterior	8.384	873
Fornecedores nacionais	19.546	18.180
	235.707	258.139

O saldo de fornecedores estrangeiros refere-se às importações com Companhias ligadas e não ligadas estando atualizados pela variação cambial até a data do balanço. Os saldos referem-se às compras de matérias primas, material de revenda, materiais de consumo aquisições de serviços de transportes bem como serviços com despachantes aduaneiros, transporte de funcionários, armazenagem, e qualquer outras contas a pagar da operação.



HD Construction Equipment Brasil - Indústria e Comércio de Equipamentos de Construção S.A.

CNPJ 13.837.846/0001-22

Empréstimos e financiamentos

Instituições Financeiras	Taxa de Juros	Início do contrato	Término do contrato	Valor Contábil	
				2025	2024
(1) Banco Itaú S.A.	8,02% (average)	14/10/2024	09/10/2025	-	10.807
(2) Banco Itaú S.A.	8,02% (average)	25/11/2024	15/11/2026	14.433	16.216
(4) Woori Bank S.A.	2,15% + SOFR 3M	26/08/2024	26/08/2026	4.981	5.609
(5) Woori Bank S.A.	2,15% + SOFR 3M	13/12/2024	12/12/2026	5.520	6.213
(6) Banco KDB do Brasil S.A.	1,95% + SOFR 3M	25/09/2024	25/09/2026	16.520	18.593
(7) Banco Keb Hana do Brasil S.A.	1,90% +SOFR 3M	22/08/2024	20/08/2026	16.948	19.085
(8) Banco Keb Hana do Brasil S.A.	5,20%	14/10/2025	13/12/2026	25.040	-
				83.442	76.523
				Valor Contábil	
				55.270	62.196
				55.270	62.196
				138.712	138.719

Partes relacionadas	Taxa de Juros	Ano de vencimento
HD Hyundai Construction Equipment Co., Ltd.	4,60%	2025

Diante da necessidade de caixa, a Companhia renovou e manteve empréstimos e financiamentos diversificados em Bancos parceiros. Os realizados com Banco Itaú S.A. e Banco do Brasil S.A. estão na categoria de ACC (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio). Para os bancos Woori Bank S.A., KDB e Keb Hana, a amortização dos juros é realizada de forma trimestral e do principal apenas no vencimento. Para os demais, a amortização do saldo total se dará apenas no vencimento. Para o Banco Keb Hana do Brasil S.A. foi dado como garantia carta de fiança emitida pela HD Hyundai Construction Equipment Co., Ltd. Gestão de risco financeiro. A Companhia pode estar exposta aos seguintes riscos de acordo com a sua atividade: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional. A Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais estão resumidos abaixo: **Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia considera baixo o risco de crédito em seu segmento de mercado. Ainda assim, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber, a Companhia tem adotado sistematicamente políticas de monitoramento, bloqueio, revisão de limites de crédito. **Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitorados diariamente pela Gerência Financeira. **Risco com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a financiamentos captados no mercado. A Companhia normalmente tem contratos com taxas pós-fixadas para os empréstimos de curto e longo prazo, não havendo nenhum tipo de arbitragem com fins especulativos na contratação de empréstimos com taxas pré-fixadas. A HCE-BR utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, o Grupo obtém empréstimos e financiamentos em moedas locais sujeitos à flutuação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A HCE-BR também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, utilizou as projeções do CDI para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Boletim Focus. Os resultados, em valores nominais, são como seguem:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário		
			Cenário I provável	Cenário II -0,50%	Cenário III 0,50%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	45.566	51.818	55.372	66.768
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	SOFR	43.969	45.552	46.372	48.876
Efeito líquido		1.597	6.266	9.000	17.892
CDI (a.a.)			13,72%	6,86%	20,58%
SOFR			3,60%	1,80%	5,40%

Risco com taxa de câmbio: O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações

disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realizações mais adequada. **Instrumentos financeiros por categoria:** Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da HD Hyundai, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são como segue:

Categoria	Nível	31/12/2025		31/12/2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo					
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	2	47.098	47.098	44.038
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	125.455	125.455	4.695
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	2	18.907	18.907	12.796
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	2	27.930	27.930	19.053
Contas a pagar com partes relacionadas	Custo amortizado	2	207.777	207.777	239.086
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	138.712	138.712	138.719

Gestão de capital: O objetivo da gestão de capital da HD Hyundai é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da HD Hyundai e maximizar o valor aos acionistas. A HD Hyundai controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. O Grupo pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. Condições com outras companhias do setor, a HD Hyundai monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos, fornecedores e arrendamentos, menos o montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	2025	2024
Empréstimos e financiamentos	(138.712)	(138.719)
Fornecedores	(235.707)	(258.139)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	47.098	44.038
Dívida líquida (a)	(327.321)	(352.820)
Patrimônio líquido (b)	524.174	446.047
Capital social e dívida líquida (a+b)	196.853	93.227
Quociente de alavancagem (a/[a+b])	38%	44%

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. Nos anos de 2025 e 2024, a Companhia não efetuou operações com derivativos.

Eventos subsequentes: A Companhia avaliou os acontecimentos entre a data base das presentes demonstrações financeiras e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.

MEMBROS DO BOARD		
Hyun Joon Lee	Juyoul Lee	Sung Hwan Lee
Yoon Suk Baek	Jinho suk	YeongYeong Kim
Daechol Jeong	Junghoon Jan	Yoonhwan Choi
Eun Soo Kim	Jinhwan Chung	Soowan Park
Sung Hyuk Lee	Seongbo Shim	
RESPONSÁVEL TÉCNICO		
IGOR SOARES LEITE		
CRC: PA-013630/O-9		
Categoria: Contador		

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas da HD Hyundai Construction Equipment Brasil—Indústria e Comércio de Equipamentos de Construção S.A. Rio de Janeiro-RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da HD Hyundai Construction Equipment Brasil—Indústria e Comércio de Equipamentos de Construção S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou

erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2026.

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F
Fernando Alberto S. Magalhães
Contador CRC-1SP-133169/O-0

Economia

CAPITAL MARÍTIMA S.A.
CNPJ/MF Nº 30.864.027/0001-93 - NIRE: 333.0036389-1
Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária
Ficam convocados os acionistas da **CAPITAL MARÍTIMA S.A.** ("Companhia"), sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 30.864.027/0001-93 e NIRE 333.0036389-1, com sede na Av. das Américas, 700, sala 118, bloco 06 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.640-100, por meio do presente Edital, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 1976, a comparecer à Assembleia Geral Extraordinária que será realizada na sede da Companhia no endereço acima indicado, no dia 15 de junho de 2026, às 10:00, em primeira convocação, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordem do Dia:** (i) Formalização da eleição do Sr. LEONARDO COELHO DA SILVA FREITAS CORSINI como novo diretor da Companhia; e (ii) Dstituição do demais diretores da Companhia; (iii) Quaisquer demais medidas necessárias à reestruturação da administração da Sociedade. Caso o quórum de instalação não seja atingido em primeira convocação, os acionistas ficam, desde já, convocados a comparecer à reunião em segunda convocação, que se realizará no mesmo dia, no mesmo local, às 11:00 horas, com qualquer número de acionistas presentes. Os acionistas poderão participar da Reunião presencialmente ou por procurador legalmente habilitado. Rio de Janeiro, 5 de junho de 2026. **CAPITAL MARÍTIMA S.A.** - Leonardo Coelho da Silva Freitas Corsini - Administrador.

EDITAL DE CONVOCÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE RERRATIFICAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO ATO DE REORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA FILIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
A Cruz Vermelha Brasileira – Filial do Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ nº 08.560.973/0001-97, considerando a situação de acefalia administrativa e registrária da filial estadual, bem como a necessidade de rerraticar, consolidar e adequar o ato anteriormente certificado por Ata Notarial lavrada no 12º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, Livro nº 3902, folhas 109/111, Ato nº 045, convoca os signatários e participantes do ato anterior, bem como demais interessados legítimos, membros, colaboradores e participantes vinculados à reorganização institucional da entidade, para participarem da: ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE RERRATIFICAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO ATO DE REORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL a realizar-se no dia 19 de junho de 2026, às 10:00 horas em primeira convocação e às 10:15 horas em segunda convocação, no endereço Praça da Cruz Vermelha, 10 segundo andar, Centro/RJ, Rio de Janeiro/RJ. A Assembleia terá a seguinte ordem do dia: • Rerraticação do ato anteriormente certificado por Ata Notarial lavrada no 12º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, Livro nº 3902, folhas 109/111, Ato nº 045; • Adequação da denominação, natureza, prazo e poderes da estrutura provisória ao Estatuto Nacional da Cruz Vermelha Brasileira de 2016; • Substituição da expressão "Junta de Governo Provisória" por "Administração Provisória de Reorganização Institucional" ou outra denominação equivalente aprovada em assembleia; • Redução do prazo de atuação provisória para 120 dias; • Rerraticação dos responsáveis provisórios anteriormente indicados, mantendo-se, se aprovado, os mesmos membros constantes do ato anterior; • Ratificação dos poderes da Administração Provisória para fins deregularização documental, administrativa, registrária e fiscal; • Autorização para apresentação da ata perante RCPJ, Receita Federal, órgãos públicos, instituições privadas e Poder Judiciário, se necessário; • Preparação de futura assembleia ou processo eleitoral definitivo; • Assuntos gerais relacionados à reorganização institucional da filial.
Rio de Janeiro, 05 de junho de 2026.
Responsável pela Convocação
LUIZ CARLOS DOS SANTOS
CPF:236.184-777-91

Diário do
Acionista
Tel.: (21) 99122-4278

COMBUSTÍVEL

Entidades rebatem governo dos EUA sobre tarifas do etanol

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

A União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica) e a Bioenergia Brasil se pronunciaram sobre os questionamentos feitos pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) em relação ao acesso do etanol estadunidense ao mercado brasileiro.

Por meio de nota, as duas entidades reforçaram que a tarifa que

é aplicada pelo Brasil ao etanol importado não é direcionada exclusivamente aos Estados Unidos, mas segue as regras determinadas pela Tarifa Externa Comum do Mercosul. Segundo as entidades, o governo dos Estados Unidos mantém, há décadas, políticas de proteção ao açúcar, que restringe o acesso do açúcar brasileiro ao mercado estadunidense.

“Cabe ainda ressaltar que os Estados Unidos mantêm há déca-

das políticas de proteção ao açúcar, por meio de um sistema de tarifas proibitivas e cotas que limitam as exportações brasileiras para o mercado norte-americano a um volume que representa menos de 1% das exportações totais do Brasil”, diz a nota, assinada por ambas as entidades.

O posicionamento da Unica e da Bioenergia ocorre no momento em que o governo dos Estados Unidos vem propondo uma nova

tarifa punitiva de 25% sobre as importações brasileiras, sob alegação de que algumas práticas do Brasil seriam desleais.

A justificativa para aplicar a medida é uma investigação, aberta em julho de 2025, pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) que concluiu que políticas e práticas brasileiras são “irrazoáveis” e “oneram ou restringem” o comércio norte-americano.

A investigação avaliou práticas nas áreas de comércio digital e serviços de pagamentos eletrônicos, como o Pix; concessão de tarifas preferenciais; proteção de propriedade intelectual; combate à corrupção; acesso ao mercado de etanol; e desmatamento ilegal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO			
SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÃO			
AVISO DE RETORNO DE PREGÃO ELETRÔNICO			
COM ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP			
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026	Data de Abertura:10/04/2026 Horário: 10:00h Plataforma eletrônica: https://www.licitanet.com.br/comprador		
Unidades Contratantes: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
Objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS.			
Valor estimado R\$ 2.142.320,21 (Dois milhões, cento e quarenta e dois mil, trezentos e vinte reais e vinte e um centavos).			
Registro de Preços?	Vistoria	Modo de disputa	Critério de Julgamento
Sim	NÃO	Aberto	MEMOR VALOR POR ITEM
Itens Exclusivos para ME/EPP?	Itens com Cota Reservada para ME/EPP?	Exigência de Amostra?	Participação de Consórcio
SIM	NÃO	NÃO	SIM
Intervalo mínimo de diferença entre lances R\$ 0,05 (Cinco centavos)			
Pregoeiro Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez (portaria nº 3.067/2025)			
Fundamento Legal Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/25 e demais legislações pertinentes			
Observações Gerais: 1)O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal http://licitanet.com.br e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: http://www.arraial.rj.gov.br . 2)Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites www.arraial.rj.gov.br e http://licitanet.com.br , para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.			

CYMI CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF: 07.003.107/0001-32 NIRE: 33.3.0027854-1
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13/04/2026: DATA: 13/04/2026. **LOCAL:** Sede social na Av. Presidente Wilson nº 231, sala 1701 (parte), 1703 (parte) Edifício Palácio Austregésio de Athayde, Centro, RJ. **Horário:** 10:00 (dez) horas. **CONVOCAÇÕES:** Dispensada as formalidades previstas no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, haja vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **PRESEÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas apresentadas no final desta ata de reunião. **COMPOSIÇÃO DA MEESA:** Presidente: Carlos Eduardo Assumpção Olesko. Secretário: Leandro da Silva Reis. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (I) A Reeleição e a remuneração anual e global de membros da Diretoria da Companhia, na forma do artigo,17, Capítulo VI do Estatuto Social; e (II) Autorização para a administração da Companhia praticar todos e quaisquer atos para o registro e a publicação da presente nos órgãos próprios. **DELIBERAÇÕES:** (I) Reeleger para o cargo de Diretor da Companhia, com prazo de mandato de 2 (dois) anos, isto é, até 13/04/2028: (a) **CARLOS EDUARDO ASSUMPTÃO OLESKO**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 077751-1, expedida pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) de Santa Catarina, inscrito no CPF/MF sob o nº 024.186.359-70, residente e domiciliado na Cidade e Estado do RJ com escritório na Cidade e Estado do RJ, na Avenida Presidente Wilson, 231, sala 1701 (parte), Edifício Austregésio de Athayde, Centro; e b) **LEANDRO DA SILVA REIS**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 1506621, expedida pelo SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 803.722.601-87, residente e domiciliado na Cidade e Estado do RJ, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson nº 231, sala 1701 (parte), Edifício Austregésio de Athayde, Centro. Fica aprovado que a verba anual e global dos membros da Diretoria, ora reeleitos será de valor de R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais) o qual é correspondente a 1 (um) salário-mínimo mensal, conforme Medida Provisória nº 1.091/2021, e (II) Autorizar a administração da Companhia a praticar todos e quaisquer atos para cumprimento o registro, bem como o registro e a publicação da presente ante nos órgãos próprios. **ENCERRAMENTO:** Nada mais tratado, lavrou-se a Ata referente a esta Assembleia Geral Extraordinária, na forma de sumário, que, após lida e achada conforme, foi assinada pelos acionistas presentes, que autorizaram sua publicação sem as respectivas assinaturas, na forma do artigo 130, § 2º, da Lei nº 6.404/76. **ASSINATURAS:** CYMI BRASIL S.L.U., representada na forma de seus atos constitutivos, por seu procurador Sr. Carlos Eduardo Assumpção Olesko; CYMI DO BRASIL PROJETOS E SERVIÇOS LTDA., representada, na forma de seu Contrato Social, por seus Diretores. Certificamos que a presente é cópia fiel extraída do Livro de Atas de Assembleias Gerais da CYMI Construções e Participações S.A. RJ, 13/04/2026. Carlos Eduardo Assumpção Olesko - Presidente; Leandro da Silva Reis - Secretário. Cymi Brasil S.L.U. - Carlos Eduardo Assumpção Olesko. Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda. Carlos Eduardo Assumpção Olesko / Leandro da Silva Reis. Jucejca nº 7738269 em 28/04/2026.



CVLB BRASIL S.A.

CNPJ nº 16.233.389/0001-55 - NIRE: 33.3.0034993-6
Companhia Aberta



Divulgação Resultados 4T25

Destaque do trimestre



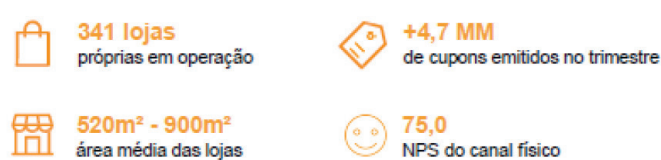
Mensagem da administração

Resiliência e Evolução em um Cenário Desafiador

A Administração da CVLB Brasil S.A. apresenta os resultados referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, período marcado pela continuidade da consolidação da estratégia omnichannel, evolução das operações digitais, fortalecimento dos serviços financeiros e avanço de importantes iniciativas voltadas à eficiência operacional e à s, fortalecendo a integração entre os canais e ampliando a eficiência operacional do neogestor dos clientes, em um cenário macroeconômico ainda desafiador para o setor varejista. Ao longo do exercício, a Companhia manteve foco na integração entre canais físicos e digitais, na disciplina operacional e na captura de sinergias entre as marcas Casa & Vídeo e Le biscuit, reforçando seu posicionamento como uma plataforma de varejo multicanal orientada à conveniência, proximidade e variedade. A estratégia digital apresentou evolução consistente em 2025. O GMV Digital alcançou R\$ 450,8 milhões no acumulado do ano, crescimento de 17,6% em relação ao exercício anterior, enquanto o share digital atingiu 17,1% do GMV total, avanço de 3,2 pontos percentuais frente a 2024. No quarto trimestre, o GMV digital totalizou R\$ 160,1 milhões, crescimento de 31,9% em comparação ao mesmo período do ano anterior, com share digital de 19,6%, evidenciando o fortalecimento do ecossistema omnichannel da Companhia e a crescente relevância dos canais digitais na jornada de compra dos clientes. A operação omnichannel permaneceu como um importante diferencial competitivo da Companhia. A disponibilidade da modalidade de retirada expressa em 100% das lojas físicas contribuiu para ampliar a conveniência ao consumidor, aumentar o fluxo nas unidades e impulsionar a conversão das vendas digitalizadas. Ao final de 2025, a Companhia contava com 341 lojas próprias em operação, distribuídas em 14 estados brasileiros, mantendo ampla capilaridade e presença relevante no varejo nacional. As lojas seguem desempenhando papel estratégico dentro do modelo de negócios, atuando como pontos de relacionamento, experiência de compra e suporte logístico às operações digitais. Os serviços financeiros também apresentaram evolução relevante no período. A receita líquida da operação atingiu R\$ 85,2 milhões no acumulado do ano, crescimento de 7,4% em relação a 2024, impulsionada pela ampliação do portfólio de soluções oferecidas aos clientes e pela maior penetração dos produtos financeiros nas operações das marcas. A Companhia seguiu expandindo soluções como cartão próprio, CDC, empréstimos, antecipação de FGTS, seguros, garantia estendida e capitalização, contribuindo para o aumento da recorrência e da rentabilidade do negócio. A experiência do cliente permaneceu no centro das decisões estratégicas da Companhia. Em 2025, o NPS do canal físico atingiu 75 pontos, crescimento de 15 pontos em relação ao ano anterior, refletindo os investimentos contínuos em atendimento, conveniência, execução operacional e melhoria da jornada de compra. No aspecto financeiro, a receita líquida consolidada totalizou R\$ 2,1 bilhões em 2025, redução de 6,4% em relação ao exercício anterior, impactada principalmente pelo ambiente macroeconômico mais restritivo, menor consumo discricionário e aumento da pressão competitiva no setor varejista. O lucro bruto alcançou R\$ 774,2 milhões no acumulado do ano, com margem bruta de 37,1%, redução de 1,5 ponto percentual frente a 2024. O desempenho refletiu mudanças no mix de vendas, maior intensidade promocional e aumento dos custos operacionais ao longo do período. As despesas operacionais somaram R\$ 557,5 milhões em 2025, representando 26,7% da receita líquida. O resultado do exercício também foi impactado pelo reconhecimento de despesas não recorrentes e impairment no montante de R\$ 172,9 milhões, relacionados à revisão de ativos e à adequação da estrutura operacional da Companhia. O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 95,6 milhões em 2025, com margem EBITDA Ajustada de 4,6%. Apesar da redução em relação ao exercício anterior, a Companhia manteve geração operacional positiva, demonstrando resiliência operacional diante de um cenário macroeconômico desafiador. O resultado financeiro líquido permaneceu pressionado pelo elevado nível das taxas de juros ao longo do período, totalizando despesa líquida de R\$ 414,7 milhões em 2025, aumento de 50,3% em relação ao exercício anterior. O aumento do custo financeiro impactou significativamente o resultado líquido da Companhia no exercício. Em decorrência dos fatores mencionados, especialmente do aumento das despesas financeiras e dos efeitos não recorrentes registrados no período, a Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$ 767,7 milhões em 2025. No gerenciamento de capital e liquidez, a Companhia manteve foco na otimização do capital de giro, no alongamento do perfil da dívida e na preservação da liquidez. O endividamento líquido encerrou o exercício em R\$ 530,8 milhões, refletindo os esforços de reestruturação financeira e equalização do fluxo de caixa ao longo do ano. A Administração permanece comprometida com a disciplina financeira, a eficiência operacional, a evolução do ecossistema omnichannel e a geração sustentável de valor para acionistas, clientes, colaboradores e parceiros. Para 2026, a Companhia seguirá focada na consolidação de sua estratégia multicanal, no fortalecimento das marcas, na expansão das operações digitais e dos serviços financeiros, bem como na busca contínua por ganhos de produtividade, rentabilidade e eficiência operacional.

Nossa presença, nosso propósito

Tornamos sonhos acessíveis em cada canto do Brasil



Rentabilidade
Lojas com rentabilidade sólida e foco em eficiência operacional

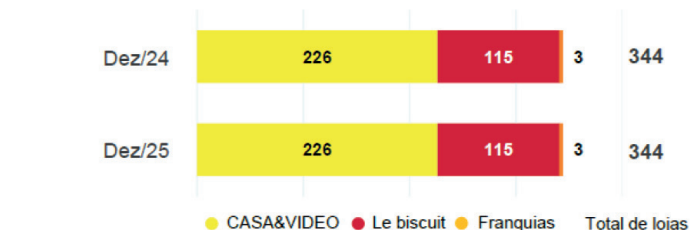
Omnichannel
Lojas físicas integradas ao canal digital, complementando a jornada do cliente e aumentando a conversão no e-commerce

Somos uma das maiores redes de varejo do país, com lojas multidepartamento estruturadas para oferecer soluções completas, com variedade, praticidade e preços competitivos. Colocamos o cliente no centro das nossas decisões e atuamos com foco em conveniência, proximidade e excelência na execução. Nossa missão é proporcionar uma jornada de compra eficiente e completa, construindo relações sólidas e duradouras com quem confia em nós todos os dias.

* Dados referentes ao 4T25.

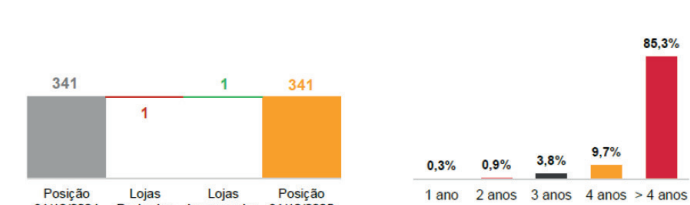
Lojas Físicas

Pontos estratégicos e de inovação



Variáveis no ano (lojas fechadas e inauguradas)

Distribuição Etária (% total de lojas próprias)
Posição 31/12/2025



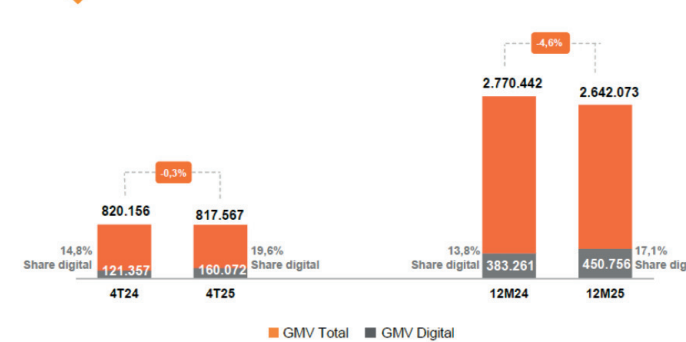
Estratégia omnichannel

Um grande diferencial no nosso modelo de negócio é a modalidade de retirada expressa em 100% das lojas físicas da Casa & Vídeo e da Le Biscuit, possibilitando a entrega em até 3 horas. A iniciativa fortalece a experiência de compra omnichannel, ao permitir que o cliente tenha acesso, diretamente na loja, a um sortimento ampliado — incluindo produtos disponíveis apenas no site ou em outros estoques —, o que aumenta o fluxo nas unidades e potencializa a venda de outros itens.

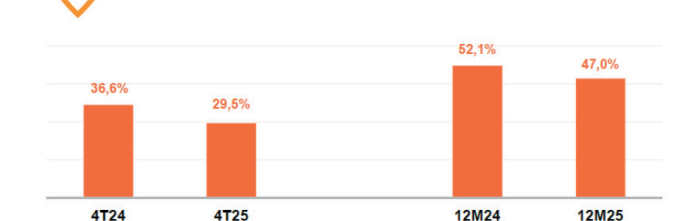


Plataforma Digital

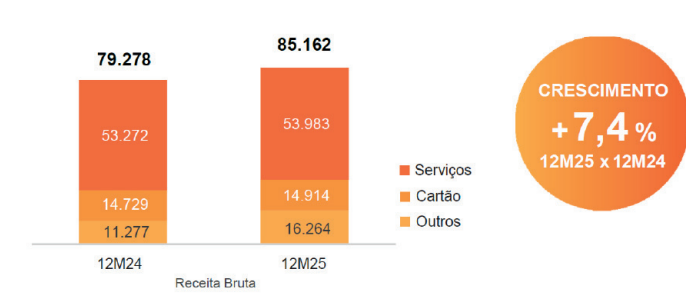
GMV Total x Participação Plataforma Digital (R\$ Mil)



Share Omnichannel

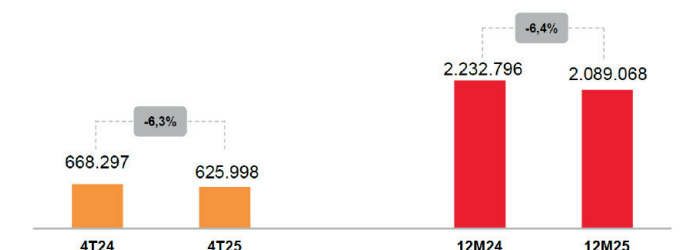


Receitas de Serviços Financeiros (R\$ Mil)



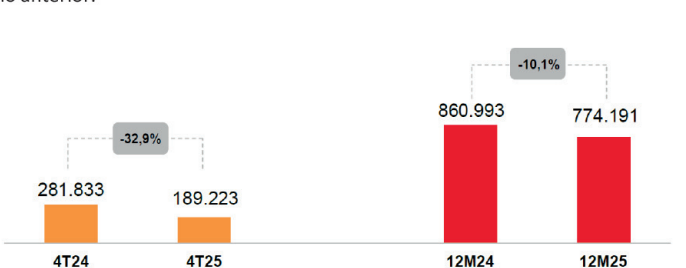
Receita Líquida de Vendas e Serviços (R\$ mil)

A receita líquida consolidada nos 12M25 atingiu R\$ 2,089 bilhões. Redução de 6,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.



Lucro Bruto e Margem Bruta (R\$ Mil)

Nos 12M25, o lucro bruto apresentou uma redução de 10,1% em relação ao 12M24. A margem bruta no trimestre atingiu 30,2%, 11,9 p.p. abaixo do mesmo período do ano anterior.



Indicadores Financeiros

Informações Consolidadas (R\$ Mil)	4T25	4T24	Var.%	12M25	12M24	Var.%
GMV Total	817.567	820.156	-0,3%	2.642.073	2.770.442	-4,6%
GMV Franquias	2.988	6.021	-50,4%	3.477	8.153	-57,4%
GMV Digital (1P+3P)	160.072	121.357	31,9%	450.756	383.261	17,6%
GMV 3P	58.815	31.551	86,4%	147.067	103.896	41,6%
Receita Bruta - Lojas próprias	654.507	692.778	-5,5%	2.187.841	2.379.028	-8,0%
Receita Bruta Digital	107.254	93.229	15,0%	319.216	290.448	9,9%
Share digital (% GMV Total)	19,6%	14,8%	4,8p.p	17,1%	13,8%	3,2p.p
Share Omnichannel (% Receita Bruta Digital)	29,5%	36,6%	-7,1p.p	47,0%	52,1%	-5,0p.p
Receita líquida de Vendas de Mercadorias	606.130	648.617	-6,6%	2.003.906	2.153.518	-6,9%
Receita líquida de serviços financeiros	19.868	19.680	1,0%	85.162	79.278	7,4%
Lucro Bruto	189.223	281.833	-32,9%	774.191	860.993	-10,1%
Margem bruta (%)	30,2%	42,2%	-11,9p.p	37,1%	38,6%	-1,5p.p
Despesas operacionais (Vendas, Gerais e Administrativas)	(163.819)	(147.665)	10,9%	(557.545)	(494.258)	12,8%
Despesas operacionais / Receita líquida (%)	-26,2%	-22,1%	-4,1 PP	-26,7%	-22,1%	-4,6p.p
EBITDA ajustado	31.072	93.502	-66,8%	95.587	196.628	-51,4%
Margem EBITDA ajustado (%)	5,0%	14,0%	-9,0p.p	4,6%	8,8%	-4,2p.p
Lucro (prejuízo) líquido (*)	(521.615)	24.707	-2211,2%	(767.714)	(111.612)	587,8%
Margem líquida (%)	-83,3%	3,7%	-87,0p.p	-36,7%	-5,0%	-31,8p.p

Capital de Giro

Capital de Giro (em R\$ Mil)	Dez/25	Dez/24
Contas a Receber	51.550	18.873
Estoques	457.174	475.880
Fornecedores	845.823	748.367
Capital de Giro	(337.099)	(253.614)
Ciclo Financeiro	106	72
PME	125	125
PMP	232	196

A companhia entende o **capital de giro** como uma ferramenta importante de gestão de caixa. No acumulado do ano, os níveis de cobertura de estoque mantiveram em 125 dias. Não consideramos o "Contas a Receber" no cálculo do ciclo financeiro, pois os nossos contratos junto às administradoras de cartão de crédito permitem que a Companhia antecipe os recebíveis futuros, podendo se tornar disponível de caixa a qualquer momento.

Endividamento Líquido

Endividamento líquido (R\$ Mil)	Dez/25	Dez/24
Empréstimos e financiamentos	456.230	471.937
Circulante	456.230	173.349
Não Circulante	0	298.588
Debêntures	198.275	251.406
Circulante	198.275	99.879
Não Circulante	0	151.527
Endividamento bruto	654.505	723.343
(-) Caixa e aplicações financeiras	123.712	277.723
Endividamento líquido	530.793	445.620

No ano de 2025, a companhia deu sequência à política de alongamento da dívida por meio de notas comerciais escriturais, debêntures e empréstimos, equalizando assim o Fluxo de Caixa. O endividamento líquido no fechamento de Dez/25 foi de R\$ 530,8 milhões, um crescimento de R\$ 174,6 milhões em relação a Dez/24, altamente impactado pela atualização da SELIC.

Despesas Operacionais

Despesas operacionais (R\$ Mil)	4T25	4T24	Var.%	12M25	12M24	Var.%
Despesas operacionais (SG&A)	(163.819)	(147.665)	10,9%	(557.545)	(494.258)	12,8%
% s/ Receita Líquida de Vendas	-26,2%	-22,1%	-4,1 p.p	-26,7%	-22,1%	-4,6 p.p
Comerciais/Operacionais	(124.333)	(123.198)	0,9%	(427.596)	(402.580)	6,2%
Gerais e administrativas	(19.439)	(24.777)	-21,5%	(101.763)	(80.043)	27,1%
Outras receitas/despesas operacionais	(20.047)	310	-656,8%	(28.186)	(11.635)	142,3%
Resultado de Impairment	(172.901)	0	0,0%	(172.901)	0	0,0%
Depreciação e Amortização	(47.389)	(29.920)	58,4%	(203.227)	(191.872)	5,9%
Total das despesas operacionais	(384.109)	(177.585)	116,3%	(933.673)	(686.130)	36,1%

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro Líquido (R\$ Mil)	4T25	4T24	Var.%	12M25	12M24	Var.%
Receitas financeiras	22.857	28.711	-20,4%	81.357	83.716	-2,8%
Juros recebidos	60	100	-40,0%	759	267	184,3%
Ajuste a valor presente	12.074	9.618	25,5%	37.348	30.718	21,6%
Rendimento aplicação financeira	2.589	3.143	-17,6%	10.432	9.954	4,8%
Descontos obtidos em arrendamento	2.439	1.650	47,8%	8.499	8.456	0,5%
Atualização monetária	5.255	10.817	-51,4%	21.298	28.506	-25,3%
Variação cambial ativa	330	3.271	-89,9%	2.837	5.641	-49,7%
Outras receitas financeiras	110	112	-1,8%	184	174	5,7%
Despesas financeiras	(145.490)	(102.884)	41,4%	(496.007)	(359.524)	38,0%
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(40.639)	(30.170)	34,7%	(144.951)	(100.704)	43,9%
Derivativos	2.563	(13.600)	-118,8%	(720)	(24.573)	-97,1%
Ajuste a valor presente	(48.565)	(25.740)	88,7%	(150.442)	(101.160)	48,7%
Juros sobre arrendamento mercantil	(21.973)	(4.604)	377,3%	(84.736)	(49.349)	71,7%
Juros sobre antecipação de recebíveis	(23.886)	(14.554)	64,1%	(64.084)	(45.118)	42,0%
Juros sobre antecipação de fornecedores	(4.348)	(3.772)	15,3%	(16.288)	(10.908)	49,3%
Comissão sobre fiança	(444)	(825)	-46,2%	(1.775)	(1.917)	-7,4%
Variação cambial passiva	(3.441)	(5.076)	-32,2%	(7.734)	(7.943)	-2,6%
Outras despesas financeiras	(4.757)	(4.543)	4,7%	(25.277)	(17.852)	41,6%

O total de despesas operacionais foi de R\$ 384,1 milhões e o SG&A representou 26,2% da receita líquida no 4T25.

O aumento nas taxas de juros entre os anos de 2024 e 2025 impactou negativamente o resultado financeiro, o qual totalizou R\$ - 414,7 milhões no ano de 2025.

O EBITDA ajustado foi de R\$ 31,1 milhões em 4T25, representando 5,0% da receita líquida.

R\$ Mil	4T25	4T24	Var.%	12M25	12M24	Var.%
EBITDA ajustado	31.072	93.502	-66,8%	95.587	196.628	-51,4%
Margem EBITDA Ajustada	5,0%	14,0%	-9,0p.p	4,6%	8,8%	-4,2p.p
EBITDA ajustado e margem EBITDA ajustada	(122.633)	(74.173)	65,3%	(414.650)	(275.808)	50,3%
Lucro (prejuízo) líquido	(521.615)	24.707	-2211,2%	(767.714)	(111.612)	587,8%
(+) IR/CSLL	(204.096)	(5.368)	3702,1%	(193.582)	(10.667)	1714,8%
(+) Resultado Financeiro	(122.633)	(74.173)	65,3%	(414.650)	(275.808)	50,3%
(+) Depreciação e Amortização	(47.389)	(29.920)	58,4%	(203.227)	(191.872)	5,9%
(+) Resultado de Impairment	(172.901)	0	0,0%	(172.901)	0	0,0%
EBITDA Contábil	25.404	134.168	-81,1%	216.646	366.735	-40,9%
(+) IFRS 16	(40.276)	(42.898)	-6,1%	(171.086)	(172.612)	-0,9%
(+) Despesas (receitas) não recorrentes	24.560	1.373	1688,9%	28.412	1.459	1847,4%
(+) Benefício						

(...) Continuação (...) CVLB BRASIL S.A. CNPJ nº 16.233.389/0001-55 - NIRE: 33.3.0034993-6 - Companhia Aberta



A companhia possui elo diversificado de negócios compostos de: Eletro portáteis; Cozinha; Servir; Lavanderia e banheiro; Decoração; Organização; Cama, mesa e banho; Smartphones e tablets; Áudio e vídeo; Manutenção casa e carro; Brinquedos e bebe; Lazer; Bomboniere; Telefonia Fixa e informática; Eletro climatização; Papelaria; Festa e sazonal; Higiene e beleza, e com grande participação de marcas próprias.

Com presença física em 14 estados brasileiros e somando as plataformas digitais, a companhia possui um grande ecossistema eficiente e integrado, o que potencializa seu crescimento, combinado com o compromisso de qualidade superior na experiência de compra de seus clientes.

Relação com Auditores Externos

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 e ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, a Companhia não contratou qualquer outro servico que não seja a auditoria externa, junto ao auditor independente KPMG Auditores Independentes, que possa comprometer sua independência.

A Companhia adota como princípio o fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais, advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelas normas vigentes, mantendo dessa forma a independência dos trabalhos realizados pelos prestadores de serviços de auditoria.

Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial Consolidado

(Em R\$ milhares)	Dez/25	Dez/24
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	34.299	146.112
Aplicações financeiras vinculadas	0	0
Títulos e Valores Mobiliários CP	89.413	105.970
Instrumentos Financeiros Derivativos Ativos CP	0	798
Contas a receber de clientes	51.550	18.873
Estoques	457.174	475.880
Tributos a Recuperar	163.865	177.126
Imposto de renda e contribuição social	3.409	2.419
Adiantamento a Fornecedores	32.869	0
Outros créditos e valores	37.476	36.985
Total do circulante	870.055	964.163
Não circulante		
Títulos e Valores Mobiliários LP	0	25.641
Depósitos judiciais	42.883	58.082
Tributos a recuperar	254.616	245.866
IR e CS Diferidos	0	218.874
Imobilizado	257.827	363.147
Direito de Uso	482.409	451.275
Intangível	388.477	485.353
Outros créditos e valores	7.218	2.600
Total do não circulante	1.433.430	1.850.838
Total do ativo	2.303.485	2.815.001

(Em R\$ milhares)	Dez/25	Dez/24
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	845.823	748.367
Obrigações com compras de mercadorias	74.846	120.175
Empréstimos e Financiamentos CP	456.230	173.349
Debênture CP	198.275	99.879
Instrumentos Financeiros Derivativos CP	752	2.347
Obrigações Fiscais	337.081	161.149
Obrigações Trabalhistas	34.429	26.496
Passivo de Arrendamento CP	123.853	127.513
Adiantamentos de Clientes	4.528	3.803
Juros sobre o Capital Próprio	12.611	9.176
Outras Contas a Pagar	9.548	14.433
Total do circulante	2.097.976	1.486.687
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos LP	0	298.588
Debênture LP	0	151.527
Passivo de Arrendamento LP	438.228	349.246
Instrumentos Financeiros Derivativos LP	4.950	8.507
Obrigações Fiscais	44.366	46.192
IR e CS Diferidos	20.747	46.072
Provisão para Contingência	23.118	53.970

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	20.067	141.530	34.299	146.112
Títulos e valores mobiliários	4	223	10.589	89.413	105.970
Instrumentos financeiros derivativos	5	-	798	-	798
Contas a receber de clientes	6	31.481	6.804	51.550	18.873
Contas a receber - Partes relacionadas	26	37.740	76.986	-	-
Estoques	7	276.318	246.711	457.174	475.880
Tributos a recuperar	8	79.593	82.245	163.865	177.126
Transações entre partes relacionadas	26	81.742	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social		3.215	-	3.409	2.419
Adiantamento a Fornecedores		4.851	-	32.869	-
Outros créditos e valores		26.611	8.162	37.476	36.985
Total do ativo circulante		561.841	573.825	870.055	964.163
Não circulante					
Títulos e Valores Mobiliários	4	-	12.369	-	25.641
Depósitos judiciais	17	37.876	53.085	42.883	58.082
Tributos a recuperar	8	123.518	101.923	254.616	245.866
Imposto de renda e contribuição social diferido	25	-	-	-	218.874
Investimentos	9	-	378.518	-	-
Imobilizado	10	154.855	214.626	257.827	363.147
Direitos de uso	16	365.093	273.966	482.409	451.275
Intangível	11	140.170	143.556	388.477	485.353
Outros créditos e valores		7.218	2.600	7.218	2.600
Total do ativo não circulante		828.730	1.180.643	1.433.430	1.850.838
Total do ativo		1.390.571	1.754.468	2.303.485	2.815.001

Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Fornecedores	12	585.372	507.797	845.823	748.367
Obrigações com compras de mercadorias	13	47.995	68.514	74.846	120.175
Empréstimos e financiamentos	14	175.721	79.639	456.230	173.349
Debêntures	15	-	-	198.275	99.879
Instrumentos financeiros derivativos	5	-	-	752	2.347
Obrigações fiscais	18	292.123	132.390	337.081	161.149
Obrigações trabalhistas	16	23.044	10.214	34.429	26.496
Passivo de arrendamento	16	85.259	88.573	123.853	127.513
Transações entre partes relacionadas	26	-	54.046	-	-
Adiantamentos de clientes		956	-	4.528	3.803
Juros sobre o capital próprio		12.611	9.176	12.611	9.176
Outras contas a pagar		589	5.403	9.548	14.433
Total do passivo circulante		1.223.670	955.752	2.097.976	1.486.687
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	-	143.238	-	298.588
Debêntures	15	-	-	-	151.527
Passivo de arrendamento	16	319.278	199.779	438.228	349.246
Instrumentos financeiros derivativos	5	-	-	4.950	8.507
Obrigações fiscais	18	15.761	39.478	44.366	46.192
Imposto de renda e contribuição social diferido	25	20.747	46.072	20.747	46.072
Provisão para Perda de Investimento em Controlada	9	120.239	-	-	-
Provisão para contingência	17	16.776	18.782	23.118	53.970
Outras obrigações		9.192	11.009	9.192	33.854
Total do passivo não circulante		501.993	458.358	540.601	987.956

Patrimônio líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Capital social	19	765.169	669.231	765.169	669.231
Efeito na emissão de ações		7.715	7.715	7.715	7.715
(-) Ações em Tesouraria		(2.842)	(522)	(2.842)	(522)
Reserva de capital		(65.371)	(65.371)	(65.371)	(65.371)
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.354)	-	(1.354)	-
Reservas de lucros		3.400	3.400	3.400	3.400
(-) Prejuízo acumulado		(1.041.809)	(274.095)	(1.041.809)	(274.095)
Total do patrimônio líquido		(335.092)	340.358	(335.092)	340.358
Total do passivo e patrimônio líquido		1.390.571	1.754.468	2.303.485	2.815.001

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação, expresso em Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	20	1.366.383	1.470.693	2.089.068	2.232.796
Custo das vendas e serviços prestados	7	(910.074)	(976.241)	(1.314.877)	(1.371.803)
Lucro Bruto		456.309	494.452	774.191	860.993
Receita (despesas) operacionais					
Comerciais/Operacionais	21	(232.298)	(220.761)	(427.596)	(402.580)
Gerais e administrativas	21	(63.415)	(61.581)	(101.763)	(80.043)
Depreciação e amortização	22	(134.965)	(131.047)	(203.227)	(191.872)
Outras receitas/despesas Operacionais		(4.486)	(206)	(28.186)	(11.635)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(593.339)	(42.643)	-	-
Resultado de Impairment	10, 11 e 16	(30.968)	-	(172.901)	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		(603.162)	38.214	(159.482)	174.863
Receitas financeiras	23	51.365	46.648	81.357	83.716
Despesas financeiras	23	(241.243)	(185.853)	(496.007)	(359.523)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(793.040)	(100.991)	(574.132)	(100.944)
Corrente		-	-	(34)	(47)
Diferido		25.326	(10.620)	(193.548)	(10.620)
Imposto de renda e contribuição social	25	25.326	(10.620)	(193.548)	(10.667)
Prejuízo do período		(767.714)	(111.611)	(767.714)	(111.611)
Prejuízo por ação básico e diluído - R\$	24			(5,684)	(0,890)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do período		(767.714)	(111.611)	(767.714)	(111.611)
Ganho líquida em hedge fluxo de caixa		-	4.804	-	4.804
Total dos resultados abrangentes do exercício		(767.714)	(106.807)	(767.714)	(106.807)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras individuais e consolidadas.

Outras Obrigações	9.192	33.854				
Total do não circulante	540.601	987.956				
Patrimônio líquido						
Capital social	765.169	669.231				
Efeito na emissão de ações	7.715	7.715				
(-) Ações em Tesouraria	(2.842)	(522)				
Reserva de Capital	(65.371)	(65.371)				
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.354)	-				
Reservas de Lucros	3.400	3.400				
(-) Prejuízo Acumulado	(1.041.809)	(274.095)				
Total do patrimônio líquido	(335.092)	340.358				
Total do passivo e patrimônio líquido	2.303.485	2.815.001				

Demonstração do Resultado Consolidado

(Em R\$ milhares)	4T25	4T24	Var.%	12M25	12M24	Var.%
	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil
Receita operacional bruta	763.778	789.737	-3,3%	2.509.418	2.674.560	-6,2%
Tributos sobre a venda	(137.780)	(121.440)	13,5%	(420.350)	(441.764)	-4,8%
Receita operacional líquida	625.998	668.297	-6,3%	2.089.068	2.232.796	-6,4%
Custo das mercadorias vendidas	(436.775)	(386.464)	13,0%	(1.314.877)	(1.371.803)	-4,1%
Lucro Bruto	189.223	281.833	-32,9%	774.191	860.993	-10,1%
Receitas (despesas) operacionais	(384.109)	(177.585)	116,3%	(933.673)	(686.130)	36,1%
Comerciais/Operacionais	(124.333)	(123.198)	0,9%	(427.596)	(402.580)	6,2%
Gerais e administrativas	(19.439)	(24.777)	-21,5%	(101.763)	(80.043)	27,1%
Outras receitas/despesas	(20.047)	310	-6566,8%	(28.186)	(11.635)	142,3%
Operacionais						
Resultado de Impairment	(172.901)	-	0,0%	(172.901)	-	0,0%
Depreciação e amortização	(47.389)	(29.920)	58,4%	(203.227)	(191.872)	5,9%
Resultado Financeiro	(122.633)	(74.173)	65,3%	(414.6		

(...) Continuação (...) CVLB BRASIL S.A. - CNPJ nº 16.233.389/0001-55 - NIRE: 33.3.0034993-6 - Companhia Aberta

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta com vendas de produtos e serviços	19	1.558.369	1.692.948	2.509.418	2.674.561
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo das vendas e serviços prestados		(905.881)	(977.231)	(1.279.380)	(1.351.415)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras		(113.206)	(103.909)	(217.415)	(200.573)
Perda/recuperação de valores ativos		(37.861)	(5.614)	(221.742)	(27.940)
Outro Insumos		(47.274)	(10.548)	(61.980)	3.083
		(1.104.222)	(1.097.302)	(1.780.517)	(1.576.845)
Valor adicionado bruto		454.147	595.646	728.901	1.097.716
Depreciação e amortização	22	(134.965)	(131.047)	(203.227)	(191.872)
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade		319.182	464.599	525.674	905.844
Valor adicionado recebido em transferência		(517.583)	9.144	120.681	89.013
Resultado de equivalência patrimonial	9	(593.338)	(42.643)	-	-
Receitas financeiras		51.365	46.648	81.357	83.716
Outras receitas		24.390	5.139	39.324	5.297
Valor adicionado total a distribuir		(198.401)	473.743	646.355	994.857
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		90.915	91.843	183.861	187.670
FGTs		10.651	10.434	18.863	17.563
Benefícios		56.192	57.254	80.464	70.329
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		74.133	128.440	363.307	192.327
Estaduais		92.609	102.554	253.393	260.119
Municipais		8.867	8.900	15.249	13.137
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		239.113	185.358	490.747	358.557
Aluguéis		(3.167)	571	10.185	6.766
Remuneração de capitais próprios					
Prejuízo do período		(767.714)	(111.611)	(767.714)	(111.611)
Distribuição do valor adicionado		(198.401)	473.743	646.355	994.857

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas (Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional: A CVLB Brasil S.A. ("Companhia") (antiga Lojas Le Biscuit S.A.) é uma sociedade anônima de capital aberto com registro de emissor de categoria "A" na B3 S.A., fundada em 1968, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro. No dia 28 de abril de 2023, foi concluído o processo de combinação de negócios entre a Lojas Le Biscuit S.A. ("Le Biscuit") e a Casa & Vídeo Brasil S.A. ("Casa & Vídeo"), formando a CVLB Brasil S.A. A Companhia tem como objeto social o comércio, majoritariamente varejista, de artigos de utilidades domésticas, brinques, papelaria, artigos de festas, bomboniere, equipamentos de telefonia, eletroportáteis, artesanato, higiene e beleza, cama, mesa & banho, lazer e artigos para recém-nascidos e bebês. Ao todo a rede tem 341 lojas próprias, 2 centros de distribuição e 3 lojas Le Biscuit franqueadas (Em 31 de dezembro de 2024 eram 341 lojas próprias, 2 centros de distribuição e 3 lojas Le Biscuit franqueadas). A Casa & Vídeo e CVLB (antiga Le Biscuit) oferecem mais de 10.745 itens entre as diversas categorias de sua atuação comercial. A Companhia se faz presente em todo o país, por meio de sua plataforma digital, que se somou à rede física de lojas estabelecida em 14 estados da federação, e deu início a implantação de diversas iniciativas de integração de seus diferentes canais digitais às suas lojas físicas, formando um ecossistema único e eficiente, que potencializa seu crescimento e aprimora qualidade a experiência de compra de seus clientes. A Companhia ainda tem participações societárias diretas nas controladas Alterf Importadora de Artigos de Armário Ltda. ("Alterf") e Akoun Administração de Franquias e Bens Ltda ("Akoun") e na CVTRJ Trading e Distribuidora Ltda ("CVTRJ"). As controladas acima mencionadas têm como objeto social o comércio atacadista de artigos diversos, a importação de mercadorias para revenda, bem como a participação em outras sociedades, a gestão de contratos e prestação de serviços de administração de negócios, predominante financeiros, e outorga, administração, licenciamento, sub-licenciamento de franquia empresarial, incluindo consultoria, assistência técnica e prestação de serviços, respectivamente. **Continuidade operacional:** A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2025 prejuízo consolidado de R\$ 767.714 (R\$ 111.611 em 31 de dezembro de 2024), com contribuição macro do aumento da despesa financeira líquida em decorrência das elevadas taxas de juros no Brasil. O resultado da Companhia também está impactado por consequência por perdas de impairment, em função da revisão das projeções de resultado para os próximos anos no valor de R\$ 30.968 na controladora e R\$ 172.901 no consolidado em 31 de dezembro de 2025. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou capital circulante líquido consolidado negativo em R\$ 1.227.921 e fluxo de caixa operacional positivo consolidado no ano de R\$ 32.771. Em decorrência do descumprimento de determinados covenants financeiros previstos em contratos de empréstimos e financiamentos, a Companhia procedeu à reclassificação do saldo das obrigações do passivo não circulante para o passivo circulante, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis, uma vez que tal descumprimento torna as dívidas exigíveis no curto prazo na data-base das demonstrações financeiras. O cálculo de capital circulante líquido descrito acima considera esses saldos reclassificados. Esses eventos ou condições, juntamente com os assuntos a seguir descritos, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. **Reestruturação financeira e negociação com credores:** A Companhia encontra-se em processo de reestruturação financeira, com foco na preservação de sua liquidez e na continuidade operacional, por meio de iniciativas estratégicas e negociações com credores. Nesse contexto, destacam-se as seguintes medidas: **• Concessão de tutela cautelar antecedente ("Medida Cautelar"):** em 14 de janeiro de 2026, a Companhia obteve a concessão da Medida Cautelar, nos termos do artigo 20-B, §1º, da Lei nº 11.101/2005, pelo prazo inicial de 60 (sessenta) dias, com a suspensão de atos judiciais ou extrajudiciais de natureza executiva, expropriatória ou constitutiva em face da Companhia e de suas subsidiárias. A medida foi concedida no contexto da instauração de procedimento de mediação com credores, com o objetivo de viabilizar a negociação de obrigações financeiras e a reestruturação de passivos. Em razão do avanço das negociações, em 12 de março de 2026, a Medida Cautelar foi prorrogada por mais 30 (trinta) dias, estendendo seus efeitos até 14 de abril de 2026; Em 14 de abril de 2026, a Medida Cautelar novamente prorrogada por mais 15 (quinze) dias, estendendo seus efeitos até 29 de abril de 2026. Antes do encerramento do prazo, foi apresentada emenda a inicial para converter a Medida Cautelar em Recuperação Judicial. **• Ajuizamento da Recuperação Judicial ("Recuperação Judicial"):** Em 28 de abril de 2026 a Companhia ajuizou pedido de Recuperação Judicial, com fundamento no artigo 20-B, §1º, da Lei nº 11.101/2005. O pedido de Recuperação Judicial não decorreu do abandono da via negocial objeto da Medida Cautelar, mas da necessidade de ampliar o alcance e conferir maior estabilidade jurídica ao processo de reestruturação em curso, substituindo o regime cautelar, de natureza provisória e limitada, pelo instrumento recuperacional previsto na Lei 11.101/05. No curso do procedimento recuperacional a Companhia informou o financiamento de capital de giro na modalidade de DIP Financing (Debtor-in-Possession Financing) de até R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) com seu acionista, sujeito à aprovação judicial, destinado a reforçar a liquidez e assegurar a continuidade das operações durante esta etapa de reorganização financeira. O Administrador Judicial concordou com o financiamento na modalidade de DIP Financing, restando pendente de homologação do Juízo. **• Implementação de medidas operacionais e financeiras:** incluem iniciativas voltadas ao aumento de margem, revisão do mix de produtos e políticas comerciais, otimização da gestão de estoques, renegociação com fornecedores, racionalização de despesas operacionais, revisão contínua da rentabilidade das unidades, no início de 2026 a destinação de 47 unidades com desempenho insatisfatório, além da priorização de investimentos com maior retorno; **• Gestão rigorosa de caixa:** adoção de controles centralizados de desembolsos, priorização de pagamentos essenciais, revisão e reprogramação de compromissos financeiros e monitoramento contínuo do fluxo de caixa de curto prazo; **Elaboração de projeções financeiras:** desenvolvimento de projeções de fluxo de caixa para os próximos 12 (doze) meses, considerando a continuidade das operações e a implementação das medidas em curso; **• Suporte de assessores especializados:** a Companhia conta com assessoria financeira e jurídica especializada na condução do processo de reestruturação, bem como com mediação institucional; A Administração entende que a Recuperação Judicial preserva a liquidez no curtíssimo prazo e para a continuidade das negociações, ao reduzir o risco de constrições sobre ativos e proporcionar maior previsibilidade na gestão das obrigações financeiras. A concessão da Recuperação Judicial encontra-se condicionada à deliberação e aprovação do Plano de Recuperação Judicial pelos credores e homologação do Juízo, nos termos da legislação aplicável. A Companhia ressalta que seu ecossistema de vendas, incluindo lojas físicas e canais digitais, permanece operando normalmente. **2 Políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas para identificar eventuais indícios de perda por desvalorização. Caso tais indícios existam, é estimado o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa, definido como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda. Quando o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável, uma perda por impairment é reconhecida no resultado do exercício. As perdas reconhecidas em períodos anteriores são revertidas quando houver mudança nas estimativas utilizadas para determinação do valor recuperável, limitada ao valor contábil que o ativo teria caso a perda não tivesse sido reconhecida. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. **2.1 Base de preparação:** As informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto os instrumentos financeiros derivativos e os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas pela Orientação Técnica CPC 07 emitida pelo CPC em novembro de 2023, na preparação de suas informações financeiras individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As informações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A emissão das informações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da companhia em 29 de maio de 2026. **2.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis:** Na preparação destas informações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na seguinte nota explicativa: Nota explicativa 13 - a administração exerceu julgamento na avaliação da natureza das operações de risco sacado, considerando que determinadas transações passaram a envolver intermediação de instituições financeiras, extensão de prazos de pagamento e encargos financeiros específicos, descaracterizando sua natureza exclusivamente comercial. Nota explicativa 16 - a determinação do prazo dos contratos de arrendamento envolve julgamento da Administração quanto à razoável certeza de exercício das opções de prorrogação e/ou rescisão previstas contratualmente. Na avaliação da razoável certeza, são considerados fatores econômicos, operacionais e estratégicos, tais como relevância do ativo para as operações da Companhia, custos relacionados à substituição do ativo e histórico de renovação contratual. O prazo considerado para mensuração dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reflete a expectativa da Administração quanto ao período provável de utilização dos ativos arrendados. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 1 - A Administração avaliou a capacidade de continuidade operacional da Companhia no contexto do processo de Recuperação Judicial, motivado principalmente pelos impactos do aumento das taxas de juros sobre sua estrutura financeira. O plano de recuperação prevê a renegociação com credores e medidas de reequilíbrio financeiro. Nota explicativa 5 - Valor justo de derivativos; Nota explicativa 7 - Provisão para perdas em estoques; Nota explicativa 10 - Redução ao valor recuperável dos ativos; Nota explicativa 11 - Marcas e Patentes; Nota explicativa 17 - Reconhecimento e mensuração de provisões para processos judiciais; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; Nota explicativa 25 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; **2.3 Mudanças nas principais políticas contábeis:** A companhia adotou a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1) e passivos não circulantes com covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a covenants dentro de 12 meses após o período de relatório. Isso resultou em uma mudança na política contábil para a classificação de passivos que podem ser liquidados em ações próprias de uma entidade na companhia. Anteriormente, a companhia ignorava todas as opções de conversão de contraparte ao classificar os passivos relacionados como circulantes ou não circulantes. De acordo com a nova política, quando um passivo inclui uma opção de conversão de contraparte pela qual o passivo pode ser liquidado por uma transferência das próprias ações de uma entidade do Grupo. A companhia leva em consideração a opção de conversão ao classificar o passivo principal como circulante ou não circulante, a menos que a opção seja classificada como patrimônio líquido de acordo com o CPC 39/IAS 32. Os outros passivos do Grupo não foram impactados pelas alterações. Apesar da mudança na política, não há impacto retrospectivo nas demonstrações comparativas, pois a companhia não tinha notas conversíveis em aberto em 31 de dezembro de 2023. **2.4 Políticas contábeis materiais:** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **Reconhecimento da receita:** *Vendas de mercadorias:* As receitas resultantes da venda de mercadorias são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador. A Companhia e suas controladas deixam de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias no momento de entrega das mercadorias aos clientes nas lojas e, no caso de vendas e-commerce, quando as mercadorias são entregues nos endereços de entrega informados pelos seus clientes. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. *Receita de serviços financeiros:* As receitas de produtos e serviços financeiros, que correspondem ao comissionamento na intermediação de negócios oferecidos por parceiros comerciais, são reconhecidas no resultado do exercício quando o controle de tais serviços é transferido para os clientes, o que ocorre com a efetiva prestação de serviço. Esta prática está relacionada às atividades da controlada Aswini. *Receita de serviços de royalties:* A receita de royalties é reconhecida quando o controle de tais serviços é transferido para os clientes, o que ocorre com a efetiva prestação de serviços dos contratos aplicáveis. Esta prática está relacionada às atividades da controlada Akoun. **Bonifica-**

ções relacionadas às obrigações com compra de mercadorias: As bonificações recebidas de fornecedores relacionadas às obrigações decorrentes da compra de mercadorias, representadas substancialmente por saldos a pagar a fornecedores em razão da aquisição de estoques para revenda, são mensuradas e reconhecidas como parte integrante do custo dos estoques, com base nos contratos e acordos firmados entre as partes. As bonificações comerciais estão relacionadas a acordos comerciais vinculados à volume de compras, custos logísticos e negociações pontuais para recomposição de margem, reembolso de despesas, percentual de desconto fixo mensal, entre outros, e são também registradas em contrapartida aos saldos a pagar aos respectivos fornecedores, desde que as condições necessárias para abatimento estejam satisfeitas. **Estoques:** São contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de transporte do local do estabelecimento do fornecedor para o centro de distribuição ou lojas da Companhia e suas controladas, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores e por obrigações com compra de mercadorias. O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação. **Imobilizado:** O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações e perdas do valor recuperável, se aplicável. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. A depreciação de bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 11 que levam em consideração a vida útil desses bens. A depreciação das benfeitorias em imóveis alugados é calculada com base nos respectivos prazos dos contratos de locação. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **Intangíveis: Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis são compostos basicamente por fundo de comércio, desenvolvimentos e aperfeiçoamento de softwares e licenças de direito de uso. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados com relação a perda potencial por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados, no mínimo, no final de cada exercício social. Mudanças da vida útil estimada, ou no consumo esperado dos benefícios econômicos desses ativos, são reconhecidos por meio de modificações no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. **Marcas:** Anualmente, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01(R1)/IAS 36 Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetua teste de impairment da marca considerando as médias de Royalties sobre a receita líquida projetada para os próximos oito anos e calculadas a valor presente pela taxa CAPM (Capital Asset Pricing Model - taxa livre de risco). **Ágio:** O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de seu início, mais quaisquer custos direto iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao final do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remunerações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que serão efetuados durante o seu contrato, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia usa geralmente a taxa incremental sobre média nominal de empréstimos como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos com base na posição de empréstimos na data inicial do arrendamento, fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuada um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia passou a reavaliar o prazo de arrendamento com base na vida econômica de cada operação de loja, considerando seu histórico e modelo de negócios. Nessa nova diretriz, os contratos de arrendamento que se encontram em seu último ano serão remensurados 12 meses antes do término, desde que atendam às expectativas previamente estabelecidas. Atendidas essas condições, o prazo de arrendamento será renovado por mais 12 meses, em linha com o prazo originalmente pactuado. Essa alteração está em conformidade com o CPC 06 (R2) e o IFRS 16. **Tributação: Imposto de renda e contribuição social correntes:** A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL é calculada de acordo com a legislação fiscal vigente no País, com base no lucro líquido contábil ajustado pelas adições e exclusões de despesas e receitas não dedutíveis ou não tributáveis no momento de seu registro. A Companhia e sua controlada Alterf são tributadas com base no lucro real, sujeitas à uma alíquota média de 25% de IRPJ e 9% de CSLL. As controladas Aswini e Akoun optaram pelo regime de apuração do imposto de renda e contribuição social por meio do lucro presumido, sujeitas a presunção de 32% sobre a receita operacional tributável. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos, quando aplicáveis, são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e créditos e perdas tributárias não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **Instrumentos financeiros: Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescidos, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado; • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); *Ativos financeiros ao custo amortizado:* A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro serem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e depósitos judiciais. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas classificados como valor justo por meio do resultado incluem títulos e valores mobiliários e derivativos. **Desreconhecimento (baixa):** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; a Companhia e suas controladas transferiram os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas não transferiram nem reteram substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiram o controle sobre o ativo. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros (incluindo-se a provisão para perdas ao valor recuperável de contas a receber de clientes):** Para os ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, pois de acordo com a avaliação da Companhia e suas controladas, além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. **Passivos financeiros:** Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de debêntures, empréstimos e financiamentos, contas a pagar e obrigações com compras de mercadorias, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores, obrigações com compras de mercadorias, empréstimos e financiamentos, debêntures, JSCP e passivo de arrendamento. **Mensuração subsequente:** Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **Desreconhecimento (baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado. **Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps de taxa de juros e moeda, para proteger-se contra riscos de taxa de juros e taxa de câmbio. Estes instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". **Ajuste a valor presente:** A Companhia reconhece os ativos e passivos provenientes de operações de longo prazo, bem como operações relevantes de curto prazo, caso consideradas relevantes em relação ao capital de giro e as demonstrações financeiras como um todo, ajustadas a valor presente. O desconto a valor presente toma por base as taxas básicas de juros praticadas pela Companhia no curso de suas operações e os prazos das referidas transações. **Provisões: Geral:** As provisões são reconhecidas pela Companhia quando se tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para demandas judiciais:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Benefícios e funcionários e administradores:** A Compa-

(...) Continuação (...) CVLB BRASIL S.A. CNPJ nº 16.233.389/0001-55 - NIRE: 33.3.0034993-6 - Companhia Aberta

nhia não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou de benefícios pós emprego para os funcionários e administradores. **Novas normas e interpretações alteradas e ainda não aplicáveis:** As normas e interpretações recentemente emitidas ou alteradas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas planejam adotar essas normas e interpretações, quando aplicável, assim que entrarem em vigor: **IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais; • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras; Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. **Outras normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo: • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7) • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

3 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	17.903	4.332	21.881	7.970
Contas correntes bancárias	1.731	3.131	11.058	3.790
Aplicações financeiras de renda fixa	433	134.067	1.360	134.352
	20.067	141.530	34.299	146.112

As aplicações financeiras em renda fixa foram contratadas junto a instituições financeiras que operam no mercado nacional e em condições e taxas normais de mercado, remuneração média de 96,00% do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários (31 de dezembro de 2024 – 97,5%) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia e suas controladas, ou seja, são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e, por essa razão, foram classificadas como equivalentes de caixa por atenderem aos requisitos no CPC 03 (R2) / IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. **4 Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são compostos por certificados de depósito bancário, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, remunerados com variação entre 93% e 100% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (entre 93% e 100% do CDI em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025 a investida CVLB Brasil S.A possui com garantia certificados de depósitos bancários no valor R\$ 66.032 (R\$ 74.829 em 31 de dezembro de 2024). Segue abaixo, a movimentação dos títulos e valores mobiliários (controladora e consolidado):

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Em 31 de Dezembro de 2023	15.076	-	63.926	-
Rendimento de aplicação financeira	2.447	-	31.203	647
Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários em Garantia	10.537	12.369	48.273	26.556
Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários	50.093	-	365.155	20.000
Resgate em Títulos e Valores Mobiliários	(67.564)	-	(402.587)	(21.562)
	10.589	12.369	105.970	25.641
Em 31 de Dezembro de 2024	10.589	12.369	105.970	25.641
Rendimento de aplicação financeira	204	-	985	-
Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários	58.897	-	352.714	-
Resgate em Títulos e Valores Mobiliários	(58.930)	-	(387.101)	-
Rendimento em Títulos e Valores Mobiliários em Garantia	3.042	-	6.760	-
Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários em Garantia	20.124	-	65.804	-
Resgate em Títulos e Valores Mobiliários em Garantia	(46.072)	-	(81.360)	-
Transferência	12.369	(12.369)	25.641	(25.641)
	223	-	89.413	-

5 Instrumentos financeiros derivativos: Os saldos dos instrumentos financeiros derivativos contratados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão demonstrados a seguir:

Instrumentos Derivativos Ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Swaps de juros	-	798	-	798
	-	798	-	798
Circulante	-	798	-	798
Não Circulante	-	-	-	-

Instrumentos Derivativos Passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Swaps de juros	-	-	5.702	10.854
	-	-	5.702	10.854

X
Circulante - - 752 2.347
Não Circulante - - 4.950 8.507

Instrumentos financeiros derivativos passivos líquidos

	-	798	5.702
	-	-	10.056

O impacto de resultado financeiro decorrente das operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 798 na controladora e R\$ 720 no consolidado. Durante o ano de 2024, a Companhia desarmou uma das estruturas de swap de juros, mantendo outra ativa na controlada, para aproveitar o impacto positivo da curva futura entre o CDI e IPCA, convertendo o ativo reconhecido em disponibilidade de caixa com custos de desarme inferiores ao custo médio da dívida da Companhia. Já no segundo semestre de 2024, a Companhia pré-pagou uma dívida referente a operação financeira 4131 que possuía swap de câmbio, isso ocorreu em função da negociação de novas operações com o Citibank realizadas ainda no primeiro semestre. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui instrumentos de swap riscos de taxa juros (vide Nota 14, 15 nas seguintes condições):

Riscos de juros

Início	Vencimento	Valor nominal	Valor nominal	Índice	Índice	Índices
		ponta ativa (R\$)	ponta passiva (R\$)			
03/05/2024	20/06/2033	R\$ 92.225	R\$ 97.927	IPCA 7,16 a.a.	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%
03/05/2024	16/08/2027	R\$ 107.413	R\$ 107.354	IPCA 7,36 a.a.	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%

As operações foram contratadas para empréstimos e financiamentos, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação de taxa de juros sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas relacionadas acima.

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de cartões de crédito e débito (a)	17.511	964	23.572	12.068
Contas a receber marketplace	5.851	5.179	20.134	5.183
Outros clientes a receber	8.003	796	8.910	1.855
	31.365	6.939	52.616	19.106

X
(-) Ajuste a valor presente 116 (135) (1.066) (233)
Total 31.481 6.804 51.550 18.873

(a) A Companhia celebrou o 4º aditamento ao Contrato de Fiança firmado com o Banco BTG Pactual S.A (NE 14), mantendo como garantias a cessão de 30% dos recebíveis provenientes de operações com cartões de crédito e 70% do estoque de produtos (NE 7), relativos ao montante de R\$ 31.141. As operações com cartões de crédito podem ser parceladas em até vinte e um meses. O risco de crédito da Companhia é minimizado ou praticamente inexistente à medida que a carteira de recebíveis é monitorada pelas administradoras de cartão de crédito e perdas de crédito por inadimplência de clientes são assumidas pelas próprias administradoras. Em 31 de dezembro de 2025, o percentual de saldos da controladora com vencimento em 30 dias é de 55% na controladora

10 Imobilização: A movimentação dos bens do imobilizado pode ser assim demonstrada:

Controladora	Taxa média anual de depreciação (%)				Saldos em 31/12/2023				Saldos em 31/12/2024				
	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas	Impairment	Transferências (a)	Saldos em 31/12/2025
Custo													
Máquinas e equipamentos	33.525	-	-	33.525	-	-	-	640	-	-	-	-	34.165
Móveis e utensílios	155.271	-	692	155.963	-	-	-	38	-	-	-	-	156.001
Equipamentos de informática	51.863	-	1.027	52.890	-	-	-	-	-	-	-	-	52.890
Benefitoria em imóveis de terceiros (d)	213.774	-	3.705	217.479	-	-	(17.412)	(23.092)	4.852	-	-	-	181.827
Imobilizado em Andamento (b)	20.343	6.736	(7.897)	13.758	7.355	(3.957)	-	(5.530)	-	-	-	-	11.626
Total custo	474.776	6.736	(7.897)	473.615	7.355	(21.369)	(23.092)	-	436.509				
Depreciação													
Depreciação Acumulada Máquinas e equipamentos	10%	(31.599)	(451)	1	-	(32.049)	(261)	-	-	-	-	-	(32.310)
Depreciação Acumulada Móveis e utensílios	10%	(73.280)	(4.800)	174	-	(77.906)	(3.572)	-	-	-	-	-	(81.478)
Depreciação Acumulada Equipamentos de informática	20%	(37.739)	(4.111)	57	-	(41.793)	(3.483)	-	-	-	-	-	(45.276)
Depreciação Acumulada Benefitoria em imóveis de terceiros (d)	(c)	(86.403)	(20.871)	33	-	(107.241)	(26.308)	8.262	2.697	-	-	-	(122.590)
Total da depreciação		(229.021)	(30.233)	265		(258.989)	(33.624)	8.262	2.697				(281.654)
Total imobilizado líquido		245.755	(23.497)	(7.632)		214.626	(26.269)	(13.107)	(20.395)				154.855
Consolidado													
Custo													
Terenos	3.899	-	-	3.899	-	-	-	-	-	-	-	-	3.899
Imóveis	51.047	-	-	51.047	-	-	-	-	-	-	-	-	51.047
Máquinas e equipamentos	46.595	73	(1)	46.667	240	(240)	-	1.296	-	-	-	-	47.963
Móveis e utensílios	174.782	141	(622)	174.993	265	(265)	-	709	-	-	-	-	175.702
Equipamentos de informática	60.096	86	(197)	61.012	71	(71)	-	191	-	-	-	-	61.203
Benefitoria em imóveis de terceiros (d)	291.936	1.070	(52)	296.659	2.484	(45.367)	(65.049)	9.614	-	-	-	-	198.341
Imobilizado em Andamento (b)	23.851	16.162	(7.765)	26.824	10.085	(9.706)	-	(11.810)	-	-	-	-	15.393
Total custo	652.206	17.532	(8.637)	661.101	13.145	(55.649)	(65.049)	-	553.548				218
Depreciação													
Depreciação Acumulada Imóveis	4%	(2.029)	(2.737)	1	-	(4.766)	(2.701)	-	-	-	-	-	(7.467)
Depreciação Acumulada Máquinas e equipamentos	10%	(33.682)	(2.000)	1	-	(35.681)	(1.596)	-	-	-	-	-	(37.277)
Depreciação Acumulada Móveis e utensílios	10%	(75.686)	(6.564)	602	-	(81.648)	(5.122)	-	-	-	-	-	(86.770)
Depreciação Acumulada Equipamentos de informática	20%	(40.400)	(6.184)	230	-	(46.354)	(4.602)	-	-	-	-	-	(50.956)
Depreciação Acumulada Benefitoria em imóveis de terceiros (d)	(c)	(95.634)	(34.089)	85	-	(129.638)	(38.982)	26.146	29.005	-	-	-	(113.469)
Total da depreciação		(247.431)	(51.574)	918		(298.087)	(53.003)	26.146	29.005				(295.939)
Total imobilizado líquido		405.040	(34.042)	(7.851)		363.147	(39.773)	(29.503)	(36.044)				257.827

(a) A Companhia realizou transferências do imobilizado em andamento para os demais grupos do imobilizado. (b) Em 31 de dezembro de 2025, imobilizações em andamento referem-se basicamente aos projetos de melhorias de equipamentos, estruturas e obras nas filiais. (c) A taxa média de depreciação das benfeitorias de imóveis de terceiros é determinada através da duração dos contratos de aluguel dos imóveis e em 31 de dezembro de 2025 era de 9% e 11,8%, na controladora e controladas, respectivamente, (31 de dezembro de 2024 - 9% a 11,8%). (d) Em decorrência do plano de reestruturação operacional implementado pela Companhia, que contempla o encerramento das atividades de 47 lojas, cujo fechamento ocorreu no início de 2026. Desse total, 26 lojas já possuíam comunicação formal de descontinuidade encaminhada aos respectivos arrendadores até o encerramento do exercício de 2025 sendo realizado baixa, enquanto 21 lojas tiveram seus ativos submetidos ao teste de recuperabilidade, resultando no reconhecimento de perda por impairment em 2025. Em decorrência desses eventos, foi contabilizado o montante de R\$ 2.775 na controladora e R\$ 7.577 no consolidado. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía ativo imobilizado dado em garantia de empréstimos e financiamentos. **Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado ("impairment"):** Em conformidade com o CPC 01 / IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia avaliou, em 31 de dezembro de 2025, a recuperabilidade de seus ativos imobilizados e intangíveis, utilizando o método do fluxo de caixa descontado, com base em projeções financeiras aprovadas pela Administração e suportadas por desempenho histórico, expectativas de mercado e dados econômicos disponíveis na data-base da avaliação. As principais premissas consideradas foram receitas e taxas de desconto compatíveis com os riscos dos ativos e do setor. Como resultado dessa análise, foi reconhecida perda por não recuperabilidade ("impairment") no montante de R\$ 20.395 na controladora e R\$ 36.044 no consolidado. O reconhecimento das perdas por desvalorização decorreu, principalmente, de: redução nas projeções de fluxo de caixa, alterações nas condições de mercado, revisão de expectativas econômicas, recuperação de desempenho operacional. A Administração realizou testes de recuperabilidade considerando premissas consistentes com as condições econômicas e financeiras vigentes na data-base das demonstrações financeiras. A Companhia realizou análise de sensibilidade considerando alterações razoavelmente possíveis nas principais premissas. Uma redução nas receitas projetadas em 10% ou aumento na taxa de desconto em 0,5% resultaria em elevação das perdas por impairment reconhecidas em R\$ 43.078 e R\$ 14.557, respectivamente. A Administração entende que as premissas utilizadas são razoáveis e consistentes com as condições econômicas observadas na data-base das demonstrações financeiras.

11 Intangível: A movimentação dos bens do intangível pode ser assim demonstrada:

Controladora	Taxa média anual de amortização (%)				Saldos em 31/12/2023				Saldos em 31/12/2024				
	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas	Impairment	Transferências	Saldos em 31/12/2025
Custo													
Softwares (a)	77.842	790	-	78.632	166 (166)	-	8.664	-	-	-	-	-	87.296
Marcas e Patentes (b)	113.636	-	-	113.636	-	-	-	-	-	-	-	-	113.636
Fundos de comércio (c)	13.515	-	-	13.515	-	-	-	-	-	-	-	-	13.515
Intangível em Andamento (e)	-	8.417	-	8.417	4.122	-	(8.664)	-	-	-	-	-	3.875
Total custo	204.993	9.207	-	214.200	4.288 (166)	-	-	-	-	-	-	-	218.322

e 65% no consolidado (31 de dezembro de 2024 é de 11% na controladora e 65% no consolidado). A abertura do saldo das contas a receber pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

Clientes	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer				
Até 30 dias	17.403	781	34.055	12.479
De 31 a 120 dias	12.088	5.745	12.607	6.583
De 121 a 180 dias	1.058	221	3.127	24
De 181 a 360 dias	816	192	2.827	20
Subtotal	31.365	6.939		

(...) Continuação (...) CVLB BRASIL S.A. CNPJ nº 16.233.389/0001-55 - NIRE: 33.3.0034993-6 - Companhia Aberta

royalties de 3,80%, aplicada sobre as receitas projetadas, refletindo a capacidade estimada de geração de benefícios econômicos futuros dos ativos. - Taxa de desconto de 18,02%, calculada com base no custo médio ponderado de capital (WACC) da Companhia e nos riscos específicos relacionados aos ativos avaliados. As estimativas também consideraram dados internos e externos disponíveis na data-base da avaliação, incluindo perspectivas de crescimento, rentabilidade e condições econômicas do setor de atuação. Uma redução nas receitas projetadas em 10% ou aumento na taxa de desconto em 0,5% resultaria em elevação das perdas por impairment reconhecidas para marca em R\$ 20.944 e R\$ 8.233, respectivamente. (c) Os valores registrados como Fundos de Comércio são amortizados de acordo com o prazo dos contratos de locação dos imóveis. (d) Em dezembro de 2025, com base na alocação das perdas por impairment aos ativos no escopo do IAS 36, foi reconhecida perda por não recuperabilidade ("impairment") no montante total do ágio de R\$ 17.696. Conforme requerido pela norma, a primeira etapa da alocação consiste na redução do valor contábil do ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill") alocado à respectiva Unidade Geradora de Caixa ("UGC"). O reconhecimento dessas perdas decorreu, principalmente, da revisão das projeções de resultados e fluxos de caixa futuros, bem como de alterações nas condições econômicas e de mercado observadas no período, que impactaram as estimativas de recuperabilidade dos ativos. (e) O valor recuperável dos ativos foi determinado com base no valor em uso, mediante a utilização do método do fluxo de caixa descontado, suportado por projeções financeiras aprovadas pela Administração. As principais premissas consideradas incluíram projeções de receitas em base à projeção de inflação e crescimento, quando aplicável e taxa de desconto de 18,02% ao ano (18,00% no exercício anterior), compatível com os riscos específicos dos ativos e do setor. Não houve alteração na forma de identificação ou agregação das UGCs em relação ao exercício anterior. (f) Em 31 de dezembro de 2025, intangível em andamento referem-se basicamente aos projetos de Desenvolvimento TI, Processo de Automação Digital.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mercado interno	430.182	421.959	897.078	761.630
Mercado externo	-	-	16.028	41.979
Contas a pagar partes relacionadas (NE 26)	172.698	104.768	-	-
(-) Ajuste a valor presente fornecedores	(17.508)	(18.930)	(67.283)	(55.242)
	585.372	507.797	845.823	748.367

Ajuste a valor presente: As operações de compras a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias, foram trazidas a valor presente considerando os prazos médios de pagamento e estocagem das referidas transações, utilizando-se a taxa média de 2,14% a.m. no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (1,96% a.m., em 31 de dezembro de 2024), referente ao custo financeiro para as transações nos respectivos exercícios. O reconhecimento inicial do ajuste a valor presente de compras é registrado nas rubricas "Fornecedores" e "Estoques" e sua reversão tem como contrapartida a rubrica "Despesas financeiras", pela fruição de prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques, na rubrica "Custo das mercadorias vendidas". **13 Obrigações com compras de mercadorias:** A Empresa, em conformidade com as revisões à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)), que detalham as particularidades dos acordos de financiamento com fornecedores, divulga separadamente dos compromissos com Fornecedores os montantes referentes às transações de obrigações com compra de mercadorias (risco sacado).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mercado interno (a)	47.995	68.514	74.846	120.175
	47.995	68.514	74.846	120.175

(a) O prazo médio das operações de obrigações com compras de mercadorias (Risco Sacado) é 15 dias superior ao prazo médio de fornecedores comparáveis (17 dias em 31 de dezembro de 2024). Devido as características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de captação de recursos através de linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras à uma taxa média de 2,02% a.m (1,68% em 31 de dezembro de 2024). Quando essas operações resultam em um aumento de prazo médio de pagamento, a Companhia absorve os encargos financeiros dessa obrigação. Nos demais casos, os encargos financeiros são absorvidos pelos fornecedores. Devido as características de negociação comercial, a Companhia não auferir receitas financeiras significativas nesta operação.

Modalidade e Instituição financeira	Notas	Encargos médios	Vencimento	Controladora	
				31/12/2025	31/12/2024
Investimento - Certificados de Recebíveis Imobiliários		IPCA+ 7,36% a.a.	ago-27	63.774	94.844
Investimento - BNDES		CDI + 1,04% a.a.	nov-31	42.992	50.304
Capital de giro - Banco BBM		CDI + 2,76% a.a.	out-25	-	3.660
Capital de giro - Bradesco		CDI + 2,50% a.a.	mar-27	-	75.249
Capital de giro - Bradesco		CDI + 3,00% a.a.	jun-28	52.887	-
11ª emissão Notas Comerciais Polo Capital	26	CDI + 3,20% a.a.	mai-27	17.919	-
Total				177.572	224.057
(-) Custos de transação				(1.851)	(1.180)
Total				175.721	222.877
Circulante				175.721	79.639
Não circulante (b)				-	143.238

Os contratos de empréstimos e demais instrumentos financeiros da Companhia contêm cláusulas que exigem o cumprimento de determinados indicadores financeiros.

Modalidade e Instituição financeira	Notas	Encargos médios	Vencimento	Consolidado	
				31/12/2025	31/12/2024
Investimento - Certificados de Recebíveis Imobiliários		IPCA+ 7,36% a.a.	ago-27	63.774	94.844
Investimento - BNB		IPCA + 2,90% a.a.	jun-30	67.609	80.728
Capital de giro - Bradesco		CDI + 2,50% a.a.	mar-27	-	75.249
Investimento - BNDES		CDI + 1,04% a.a.	nov-31	42.993	50.305
Capital de giro - Santander 4131		CDI + 2,72% a.a.	jun-27	12.103	18.132
Capital de giro - Santander 4131		CDI + 2,70% a.a.	jun-27	21.516	32.234
Capital de giro - BTG (a)		CDI + 4,15% a.a.	jan-27	17.537	25.046
Capital de giro - Banco BNB CCB		CDI + 4,8% a.a.	jan-26	1.667	11.815
Capital de giro - Itaú CCB		CDI + 3,15% a.a.	dez-26	7.848	14.115
Capital de giro - Banco BNB CCB		CDI + 5,54% a.a.	nov-25	-	5.205
Capital de giro - Banco BBM FGI		CDI + 4% a.a.	out-25	-	8.496
Capital de giro - Banco ABC FGI		CDI + 4,15% a.a.	set-25	-	3.848
Capital de giro - Itaú CCB		CDI + 3,77% a.a.	dez-26	3.969	7.152
Capital de giro - Banco ALFA FGI		CDI + 4% a.a.	out-25	-	5.941
Capital de giro - Itaú FGI		CDI + 9,0% a.a.	jan-25	-	290
Capital de giro - Banco BBM		CDI + 2,76% a.a.	out-25	-	3.660
11ª emissão Notas Comerciais Polo Capital	26	CDI + 3,20% a.a.	mai-27	17.919	-
Capital de giro - CEF		CDI + 3,16% a.a.	set-27	-	30.018
Capital de giro - CEF		CDI + 3,04% a.a.	mar-29	18.584	-
Capital de giro - CEF		CDI + 3,04% a.a.	jun-29	60.040	-
Notas Comerciais C6 Bank		CDI + 4,89% a.a.	set-26	-	8.820
Capital de giro - Bradesco		CDI + 3,00% a.a.	jun-28	52.887	-
Capital de giro - Banco BNB		CDI + 4,53% a.a.	jun-28	32.991	-
Capital de giro - CEF 000018-40		CDI + 3,04% a.a.	set-29	42.244	-
Total				463.681	475.898
(-) Custos de transação				(7.451)	(3.961)
Total				456.230	471.937
Circulante				456.230	173.349
Não circulante (b)				-	298.588

(a) A Companhia celebrou o 4º aditamento ao Contrato de Fiança firmado com o Banco BTG Pactual S.A., mantendo como garantias a cessão de 30% dos recebíveis provenientes de operações com cartões de crédito (NE 6) e 70% do estoque de produtos (NE 7), relativos ao montante de R\$ 31.141. Os empréstimos destinados ao capital de giro desempenham o papel essencial de atender às demandas de liquidez da Companhia e suas subsidiárias durante suas operações. A movimentação dos empréstimos e financiamentos foi a seguinte:

	Controladora		Total
	Circulante	Não circulante	
Em 31 de Dezembro de 2023	98.543	162.020	260.563
Captações	38.333	66.667	105.000
Juros provisionados	33.749	-	33.749
Variação cambial	(1.663)	4.665	3.002
Custos de transação apropriados	762	-	762
Pagamento de custo de transação	-	(1.615)	(1.615)
Amortizações de principal	(150.891)	-	(150.891)
Amortizações de juros	(27.693)	-	(27.693)
Transferências	88.499	(88.499)	-
Em 31 de Dezembro de 2024	79.639	143.238	222.877

	Controladora		Total
	Circulante	Não circulante	
Em 31 de Dezembro de 2024	79.639	143.238	222.877
Captações	229.209	10.400	239.609
Juros provisionados	34.117	-	34.117
Custos de transação apropriados	3.351	-	3.351
Pagamento de custo de transação	(2.643)	(1.772)	(4.415)
Amortizações de principal	(277.635)	-	(277.635)
Amortizações de juros	(42.183)	-	(42.183)
Transferências	151.866	(151.866)	-
Em 31 de Dezembro de 2025	175.721	-	175.721

	Consolidado		Total
	Circulante	Não circulante	
Em 31 de Dezembro de 2023	169.201	361.467	530.668
Captações	128.333	66.667	195.000
Aquisição CVLB	-	-	-
Juros provisionados	65.125	-	65.125
Variação cambial	(1.663)	4.665	3.002
Custos de transação apropriados	1.654	-	1.654
Pagamento de custo de transação	-	(2.572)	(2.572)
Amortizações de principal	(212.093)	(46.933)	(259.026)
Amortizações de juros	(61.914)	-	(61.914)
Transferências	84.706	(84.706)	-
Em 31 de Dezembro de 2024	173.349	298.588	471.937

	Consolidado		Total
	Circulante	Não circulante	
Em 31 de Dezembro de 2024	173.349	298.588	471.937
Captações	351.853	49.256	401.109
Juros provisionados	71.540	-	71.540
Custos de transação apropriados	6.446	-	6.446
Pagamento de custo de transação	(4.105)	(6.865)	(10.970)
Amortizações de principal	(402.430)	-	(402.430)
Amortizações de juros	(81.402)	-	(81.402)
Transferências	340.979	(340.979)	-
Em 31 de Dezembro de 2025	456.230	-	456.230

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas de dívida, mensuradas anualmente, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro, ("Covenants") presentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos. Essas cláusulas incluem, entre outras previsões, a manutenção do índice financeiro dívida líquida/EBTIDA ajustado. Em 31 de dezembro de 2025 em decorrência do plano de reestruturação operacional e financeira implementado (vide nota explicativa 1 Continuidade Operacional), foi caracterizado evento de inadimplemento contratual, incluindo cláusulas de vencimento antecipado independentemente da apuração dos índices financeiros. Sem direito de diferir a liquidação por mais de 12 meses e com covenants descumpridos, as dívidas foram reclassificadas para o curto prazo.

Instituição financeira	Modalidade	Encargos médios	Vencimento	Consolidado	
				31/12/2025	31/12/2024
Banco do Brasil	Debêntures - 3ª emissão CDI + 7,1% a.a.		25/05/2028	72.640	95.247
Virgo Companhia de Securitização	Debêntures - 4ª emissão IPCA + 7,16% a.a.		19/07/2033	63.324	69.531
Oliveira Trust	Debêntures - 5ª emissão CDI + 3,6% a.a.		27/03/2026	-	20.204
Citibank	Debêntures - 6ª emissão CDI + 3,6% a.a.		22/03/2027	-	75.028
Citibank	Debêntures - 7ª emissão CDI + 3,0% a.a.		30/06/2028	52.887	-
Oliveira Trust	Debêntures - 8ª emissão CDI + 4,0% a.a.		23/08/2027	20.085	-
Total				208.936	260.101
(-) Custos de transação				(10.661)	(8.604)
Total				198.275	251.496
Circulante				198.275	99.879
Não circulante				-	151.527

A movimentação das debêntures da Investida foi a seguinte:

	Consolidado		Total
	Circulante	Não circulante	
Em 31 de Dezembro de 2023	17.702	158.206	175.908
Aquisição CVLB	28.333	66.667	95.000
Juros provisionados	30.027	-	30.027
Variação Cambial	-	-	-
Custos de transação apropriados	536	(3.505)	(2.969)
Pagamento de custo de transação	-	(2.816)	(2.816)
Amortizações de principal	(17.301)	-	(17.301)
Amortizações de juros	(26.443)	-	(26.443)
Transferências	67.025	(67.025)	-
Em 31 de Dezembro de 2024	99.879	151.527	251.406

	Consolidado		Total
	Circulante	Não circulante	
Em 31 de Dezembro de 2024	99.879	151.527	251.406
Captações	52.500	20.000	72.500
Juros provisionados	34.156	-	34.156
Variação cambial	-	-	-
Custos de transação apropriados	3.052	(5.289)	(2.237)
Pagamento de custo de transação	(274)	(5.387)	(5.661)
Amortizações de principal	(121.739)	-	(121.739)
Amortizações de juros	(30.150)	-	(30.150)
Transferências	160.851	(160.851)	-
Em 31 de Dezembro de 2025	198.275	-	198.275

Os custos apropriados no resultado da transação relacionados com emissão de debêntures, cujo saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 10.661. Em decorrência do não atendimento dos covenants contratuais associados às debêntures, a Companhia procedeu à reclassificação do saldo anteriormente registrado no passivo não circulante para o passivo circulante. Tal reclassificação reflete o direito dos credores de exigir a liquidação antecipada das obrigações, conforme previsto nos termos contratuais. **16 Direitos de uso e passivo de arrendamento:** O Grupo CVLB Brasil S.A. possui contratos de arrendamento de suas lojas e dos seus dois centros de distribuição. A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro abaixo:

	Controladora		Total
	Circulante	Não circulante	
Em 31 de Dezembro de 2023	103.046	190.169	293.215
Juros do exercício	31.588	-	31.588
Adição por novos contratos	11.206	50.618	61.824
Contraprestações pagas - principal	(98.573)	-	(98.573)
Contraprestações pagas - juros	(24.827)	-	(24.827)
Descontos nas contraprestações	(6.578)	-	(6.578)
Baixa de arrendamentos	(10.002)	-	(10.002)
Reajustes	10.040	31.665	41.705
Transferências	72.673	(72.673)	-
Em 31 de Dezembro de 2024	88.573	199.779	288.352

	Controladora		Total
	Circulante	Não circulante	
Em 31 de Dezembro de 2024	88.573	199.779	288.352
Juros do exercício	53.536	-	53.536
Adição por novos contratos	6.039	35.712	41.751
Contraprestações pagas - principal	(88.825)	-	(88.825)
Contraprestações pagas - juros	(36.141)	-	(36.141)
Descontos nas contraprestações	(7.003)	-	(7.003)
Baixa de arrendamentos	(4.423)	(13.220)	(17.643)
Reajustes (a)	70.286	100.224	170.510
Transferências	3.217	(3.217)	-
Em 31 de Dezembro de 2025	85.259	319.278	404.537

	Consolidado		Total
	Circulante	Não circulante	
Em 31 de Dezembro de 2023	145.937	393.889	539.826
Juros do exercício	49.349	-	49.349
Adição por novos contratos	13.822	65.181	79.003
Contraprestações pagas - principal			

(...) Continuação (...) CVLB BRASIL S.A. CNPJ nº 16.233.389/0001-55 - NIRE: 33.3.0034993-6 - Companhia Aberta

2023, a totalidade das ações de emissão da Casa & Vídeo foram incorporadas pela CVLB Brasil S.A. (anteriormente denominada Le Biscuit). Com a transação, a Casa & Vídeo tornou-se subsidiária integral da CVLB Brasil S.A., atribuindo-se diretamente ao acionista da Casa & Vídeo 74,97% das ações ordinárias de emissão da CVLB Brasil S.A., e consequentemente o controle da Companhia. A transação de combinação de negócios foi considerada pela Administração, com base no IFRS 3/CPC 15, uma aquisição reversa. Dessa forma, embora a Casa & Vídeo seja considerada como a adquirente contábil (apesar de ser a empresa adquirida legalmente) e a Le Biscuit S.A. (atual CVLB Brasil S.A.) considerada como a adquirida contábil (apesar de ser a adquirente legalmente), as demonstrações financeiras foram preparadas sob o nome da adquirente legal (CVLB Brasil S.A.), mas seguindo a essência econômica da transação, com uma continuação das demonstrações financeiras da adquirente contábil (Casa & Vídeo Brasil S.A.). Consequentemente, o patrimônio líquido (lucros/prejuízos retidos e outros saldos contábeis) em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2025 reflete a continuação das demonstrações financeiras da Casa & Vídeo. **a. Capital social:** O capital social da Companhia reflete, economicamente, o capital social da adquirente contábil (Casa & Vídeo) em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 114.056. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é impactado pela aquisição da Le Biscuit (atual CVLB Brasil S.A.), incremento no valor de R\$ 489.795, correspondente ao valor da contraprestação transferida para aquisição da Le Biscuit, conforme determinado pela IFRS 3 /CPC 15. No entanto, a legislação brasileira requer que o capital social subscrito corresponda ao valor do capital social legal, ou seja, reconhecido e aprovado através dos atos legais necessários. Consequentemente, para melhor adequar a divulgação e apresentação das demonstrações financeiras a administração reconheceu no capital social da Companhia o montante de R\$ 555.166, como impacto da transação de aquisição de negócios, refletindo o capital social da Le Biscuit antes da aquisição. Adicionalmente, o valor negativo de R\$ 65.371 foi reconhecido em conta de reserva no patrimônio líquido, de forma que o impacto da transação correspondesse ao valor justo da contraprestação transferida, ou seja, R\$ 489.795. O capital social da Companhia em termos legais (tipo e quantidade de ações) deve refletir a estrutura legal do capital social da adquirente legal (CVLB Brasil S.A.). Consequentemente, a estrutura de capital (tipo e quantidade de ações) da adquirente contábil (Casa & Vídeo) é restabelecida utilizando a relação de troca (relação de substituição de ações) estabelecida no acordo de aquisição, para refletir o tipo e número de ações da controladora legal (CVLB Brasil S.A.). Em 30 de setembro de 2025, a companhia recebeu um aporte de capital conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 08/05/2025, no montante de R\$ 90.042, com o objetivo de ajustar a estrutura de dívida da Companhia.

31/12/2025 **31/12/2024**

Ações ordinárias 163.627.024 125.911.213

b. Reserva legal: A reserva legal é constituída nos termos da legislação societária, na base de 5% do lucro líquido, observando-se o limite de 20% do capital social realizado. Após esse limite as apropriações a essa reserva não são obrigatórias. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumentos de capital social ou para absorção de prejuízos. **c. Política de distribuição de dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 0,1% sobre o lucro líquido do exercício. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não auferiu lucros e não distribuiu dividendos. **d. Plano de incentivo de longo prazo:** O plano de incentivo de longo prazo atrelado a ações virtuais por desempenho foi aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas em 11 de dezembro de 2023. Atualmente, estão em vigor os contratos de outorga firmados em 2023. As ações virtuais outorgadas somente poderão ser exercidas a partir do momento de finalização do período de carência, em conformidade com a apuração do atingimento das metas pré estabelecidas e a curva de desempenho definidas em contratos individuais. Em ocorrência de um evento de liquidez (oferta pública de distribuição de valores mobiliários ou oferta pública de distribuição de valores mobiliários, no mercado primário, nos termos da ICMV 160), as ações virtuais poderão ser convertidas em ações ordinárias de forma antecipada ao percentual de 50% do volume total de ações definidos nos contratos, considerando as condições de elegibilidade no momento de ocorrência do evento de liquidação, conforme definido no plano. A liquidação ocorrerá de acordo com cronograma definido nos contratos individuais, bem como a definição do preço a ser calculado após o período de vesting seguirá metodologia de valoração descrita a seguir: • Média de valor de ações de principais companhias de varejo listadas no mercado de capitais já definidas nos contratos individuais, excluindo-se do cálculo da média a ação de maior e menor valor no momento de valoração. • Aplica-se um desconto de 30% do valor resultante da média calculada. • O resultado da média, após o desconto, é multiplicado pelo EBITDA do grupo referente ao exercício imediatamente anterior, já deduzido da dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2024 o efeito do valor justo na emissão de ações como bonificação a administração foi de R\$ 7.715, permanecendo mesmo saldo até data base de 31 de dezembro de 2025.

20 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de vendas de mercadorias	1.645.382	1.802.048	2.621.787	2.813.318
Receita de produtos e serviços financeiros	64.067	64.416	85.162	79.278
Devoluções e descontos incondicionais	(151.079)	(173.515)	(197.530)	(218.035)
	1.558.370	1.692.949	2.509.419	2.674.561

Deduções de vendas				
ICMS	(92.424)	(102.469)	(251.013)	(258.290)
COFINS	(79.888)	(96.349)	(132.168)	(144.797)
PIS	(17.327)	(20.902)	(29.175)	(31.421)
ISS	(2.348)	(2.536)	(3.096)	(2.877)
IPI	-	-	(4.899)	(4.380)
Receita operacional líquida	1.366.383	1.470.693	2.089.068	2.232.796

21 Despesas comerciais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024

Por natureza				
Salários e ordenados	(154.893)	(155.774)	(275.458)	(260.332)
Serviços prestados (a)	(26.098)	(26.308)	(49.497)	(47.530)
Propaganda e marketing	(35.052)	(18.247)	(55.134)	(38.910)
Remuneração da administração (NE 26)	(2.866)	(3.758)	(5.732)	(15.231)
Energia elétrica	(14.734)	(15.789)	(26.419)	(27.095)
Taxas de condomínio	(632)	(571)	(13.984)	(6.766)
Outras locações	(4.493)	(5.033)	(7.093)	(5.853)
Fretes e armazenagem	(3.504)	(1.271)	(6.706)	(6.696)
Despesas de comercialização	(20.544)	(23.783)	(43.350)	(44.619)
Manutenção e conservação	(3.135)	(3.318)	(17.839)	(15.578)
Provisão de contingências	(9.602)	(9.517)	(11.690)	5.210
Outras despesas administrativas	(14.514)	(9.840)	(5.080)	(5.409)
Provisão para credores duvidosos	-	(1.373)	-	(1.917)
Material de consumo e escritório	(1.145)	(1.502)	(5.206)	(4.685)
Despesas com ocupação	(4.428)	(4.671)	(5.358)	(3.840)
Despesas com importações	-	-	(643)	(594)
Outras despesas comerciais	(73)	(195)	(170)	(420)
Participação dos empregados nos lucros	-	(1.392)	-	(2.358)
	(295.713)	(282.342)	(529.359)	(482.623)
Por função				
Despesas administrativas	(63.415)	(61.581)	(101.763)	(80.043)
Despesas comerciais	(232.298)	(220.761)	(427.596)	(402.580)
	(295.713)	(282.342)	(529.359)	(482.623)

(a) Refere-se a despesas com contratação de serviços de advocacia, auditoria externa, consultorias, coleta de valores, inventários de estoques, recrutamento e seleção, serviços de informática, vigilância, dentre outros.

22 Depreciação e amortização

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação e amortização	(141.983)	(137.861)	(213.795)	(201.849)
Crédito de PIS e COFINS (a)	7.018	6.814	10.568	9.977
	(134.965)	(131.047)	(203.227)	(191.872)

(a) Crédito de PIS e COFINS realizado com base no inciso VI do art. 3º das Leis nº 10.833 de 2003 e 10.637 de 2002 que autorizam a pessoa jurídica sujeita à apuração da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS pelo regime não-cumulativo, que constituam crédito sobre a depreciação ou amortização de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado, adquiridos ou fabricados para locação a terceiros, ou para utilização na produção de bens destinados à venda, ou na prestação de serviços.

23 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Juros recebidos	192	216	759	267
Ajuste a valor presente (b)	24.304	20.224	37.348	30.718
Rendimento aplicação financeira	2.104	3.111	10.432	9.954
Descontos obtidos em arrendamento	7.003	6.578	8.499	8.456
Atualização monetária	16.906	15.510	21.298	28.506
Varição cambial ativa (a)	672	835	2.837	5.641
Outras receitas financeiras	184	174	184	174
	51.365	46.648	81.357	83.716
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos, credores de recuperação judicial e impostos	(45.261)	(41.676)	(144.951)	(100.704)
Derivativos	(798)	(8.069)	(720)	(24.573)
Ajuste a valor presente (c)	(64.552)	(49.296)	(150.442)	(101.160)
Juros sobre arrendamento mercantil	(53.536)	(31.588)	(84.736)	(49.349)
Juros sobre antecipação de recebíveis	(43.056)	(31.091)	(64.084)	(45.118)
Juros sobre antecipação de fornecedores	(16.288)	(10.908)	(16.288)	(10.908)
Comissão sobre fiança	(1.775)	(1.917)	(1.775)	(1.917)
Varição cambial passiva (a)	(4.039)	(647)	(7.734)	(7.943)
Outras despesas financeiras	(11.938)	(10.661)	(25.277)	(17.851)
	(241.243)	(185.853)	(496.007)	(359.523)

(a) A natureza das transações sujeitas à apuração de variação cambial ativa e passiva na Controladora e Controlada Alterf refere-se às obrigações com compras de mercadorias de fornecedores estrangeiros. (b) Valor referente a realização do ajuste a valor presente das vendas a prazo, pelo prazo do parcelamento do cliente. (c) Valor referente do ajuste a valor presente de compras a prazo, pelo prazo de pagamento ao fornecedor. **24 Prejuízo por ação:** **a. Básico:** O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o período, excluindo-se as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Período	
	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo atribuído aos acionistas da Companhia	(767.714)	(111.611)
Número de ações em circulação da Casa & Vídeo Brasil S.A.	1.039.381.874	1.039.381.874
Relação de troca ações entre Casa & Vídeo e Le Biscuit	0,09	0,09
Número de ações em circulação durante o exercício	37.715.811	93.705.693
Número de ações em circulação da data de aquisição até o período findo	163.627.024	125.911.213
Média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício	135.070.898	125.463.260
Prejuízo básico e diluído por ação	(5,684)	(0,890)

b. Diluído: O prejuízo por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía categoria de ações ordinárias potenciais que pudessem provocar diluição. **25 Imposto de renda e contribuição social: Conciliação entre alíquotas normais e efetivas:** A conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social à alíquota nominal e os montantes efetivos em resultados é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do período antes do imposto de renda e da contribuição social	(793.040)	(100.991)	(574.132)	(100.944)
Prejuízo do período antes do imposto de renda e da contribuição social e participação em controladas	(793.040)	(100.991)	(574.132)	(100.944)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
	269.634	34.337	195.205	34.321

Efeito das (adições) ou exclusões ao lucro contábil

Adição da equivalência patrimonial	(201.735)	(14.499)	-	-
Exclusão de juros de débitos fiscais	5.748	3.382	10.139	3.382
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre prejuízo fiscal	(62.618)	(37.475)	(238.354)	(53.511)
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre diferenças temporárias	14.297	3.635	48.649	5.141
Outras adições e exclusões permanentes, líquidas	-	-	329	-
Prejuízo fiscal e base negativa acumulada anteriormente e baixado no exercício	-	-	(209.550)	-
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	25.326	(10.620)	(193.582)	(10.667)
Corrente	-	-	(34)	(47)
Diferido	25.326	(10.620)	(193.548)	(10.620)
Imposto de renda e contribuição social	25.326	(10.620)	(193.582)	(10.667)
Alíquota efetiva	3%	11%	34%	11%

Imposto de renda e contribuição social diferidos: A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o período é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	Resultado 31/12/2025	31/12/2024	Resultado 31/12/2025
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-	209.550	(209.550)
Provisão para PLR e bônus	-	95	(95)	-
Capitalização de juros	-	-	(1.078)	1.078
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(986)	986	5.803	(5.803)
Provisão para fornecedores diversos	-	-	4.131	(4.131)
Ajuste a Valor Presente	(8.545)	1.225	(7.008)	(7.320)
Efeito IFRS 16	-	-	11.251	(11.251)

Depreciação (vida útil contábil x fiscal)	(11.099)	(2.328)	(13.427)	(11.099)	(2.328)	(13.427)
Créditos tributários (líquidos)	(25.434)	25.434	-	(34.028)	34.028	-
Outros (líquidos)	(8)	8	-	(4.815)	4.815	-
Total imposto diferido (líquido)	(46.072)	25.325	(20.747)	172.802	(193.549)	(20.747)

Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecido: A controladora e controlada acumulou prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ao longo dos últimos anos de atividade, no entanto, desde de 2023 não reconhece os créditos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos. Os ativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido poderão ser reconhecidos quando a controlada apresentar lucro tributável futuro e seja provável que os benefícios fiscais sejam realizados. Em 31 de dezembro de 2025, os impostos diferidos não constituídos, relacionado a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, correspondem a R\$ 116.870 na controladora e R\$ 354.454 no consolidado (31 de dezembro de 2024 – R\$ 51.411 na controladora e R\$ 93.112 no consolidado). **Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia avaliou o prazo para compensação dos créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias ativas, com base na projeção de lucro tributável futuro. As projeções consideraram premissas econômicas relacionadas à inflação e taxas de juros, bem como estimativas de vendas fundamentadas no crescimento projetado da Companhia. Adicionalmente, em decorrência da concessão de tutela cautelar fundamentada à Companhia, a Administração realizou a baixa do montante de R\$ 209.550 referente aos créditos tributários diferidos constituídos sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL reconhecidos em exercícios anteriores. A baixa foi registrada no resultado do período, considerando a impossibilidade momentânea de realização desses créditos fiscais nas condições atualmente existentes. A Administração continuará acompanhando os desdobramentos do processo de recuperação judicial da Companhia, bem como avaliando os impactos futuros relacionados ao eventual reconhecimento e à recuperação desses créditos tributários. **26 Transações com partes relacionadas (controladora):** O Fundo Akangatu FIP é controlador da CVLB Brasil S.A., sendo a Polo Capital a gestora desse fundo.

	Ativo / Passivo		Ativo / Passivo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber				
CVLB Brasil S.A (a)	37.740	-	76.986	-
CVLB Brasil S.A (b)	81.742	-	-	-
Total Ativo	119.482		76.986	
Contas a pagar				
CVLB Brasil S.A (a)	166.674	-	98.936	-
CVLB Brasil S.A (b)	-	-	54.046	-
CVTRJ Trading e distribuidora Ltda. (c)	6.024	-	5.832	-
Total Contas a pagar	172.698		158.814	
Empréstimos				
Polo Capital Fundo de Investimento (d)	17.919	-	-	-
Total Empréstimos	17.919		-	
Total Passivo	190.617		158.814	

a) Valores referente a operações de vendas de mercadorias entre a Casa & Vídeo Brasil S.A. e CVLB Brasil S.A. (antiga Le biscuit). b) Valores referentes a mútuo entre a Casa & Vídeo Brasil S.A. e CVLB Brasil S.A. (antiga Le biscuit). c) Operações de antecipações de seus fornecedores e locação de um imóvel utilizado como um de seus pontos comerciais. d) Termo da 11ª (Décima primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais Polo Capital, no valor total da emissão de R\$ 16.000, emitida em 09 de maio de 2025 remunerada em 100% do CDI + 3,20% a.a. e vencimento em 01 de junho de 2027;

	Receita / Despesa		Receita / Despesa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida				
CVLB Brasil S.A (a)	119.050	-	97.437	-
Custo das vendas e serviços prestados				
CVLB Brasil S.A (a)	(119.185)	-	(97.408)	-
Receita (despesas) operacionais				
CVTRJ Trading e distribuidora Ltda.	116	-	116	-
Juros incorridos s/ empréstimos				
Polo Capital de Investimento	277	-	941	-
Total	258		1.086	

a) Valores referentes a operações de venda de mercadorias entre Casa & Vídeo Brasil S.A e CVLB Brasil S.A (antiga Le biscuit). **Remuneração da Administração:** As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração (Presidência, Diretores e Conselheiros) estão apresentadas abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração do Conselho de Administração	372	372
Honorários e remuneração fixa	4.405	4.990
Pagamentos baseados em ações	-	1.039
Concessões de ações	-	7.715
Encargos sociais	955	1.115
Total	5.73	

(...) Continuação (...) CVLB BRASIL S.A. CNPJ nº 16.233.389/0001-55 - NIRE: 33.3.0034993-6 - Companhia Aberta

gerenciamento de riscos (conforme item f). No quadro abaixo, são considerados cinco cenários para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, sendo (i) cenário atual (provável) que é aquele adotado pela Companhia e (ii) cenário com melhora de 25% da variável do risco considerado, (iii) cenário com melhora de 50% da variável do risco considerado, (iv) cenário com deterioração de 25% da variável do risco considerado e (v) cenário com deterioração de 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base em hipóteses de alterações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Vale lembrar que os cenários apresentados estão sujeitos a ajustes relevantes em função de variações de performance operacional da Companhia, que podem influenciar o seu nível de endividamento e liquidez.

Risco taxa de juros e cambio

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Controladora		Taxa	Cenário provável	Cenário I + 25%	Cenário II + 50%
		Saldo Contábil	Saldos em 31/12/2025				
Empréstimos CP	Alta CDI	(172.641)	(172.641)	CDI (i)	(23.376)	(29.219)	(35.063)
Empréstimos CP	Alta Dolar	(3.080)	(606)	Dolar	(3.333)	(4.166)	(5.000)
Aplicações Financeiras (ii)	Alta CDI	20.290	20.290	CDI (i)	2.489	3.262	3.915
Exposição líquida /Efeito resultado IR/CS		(155.431)			(24.220)	(30.123)	(36.148)
Efeito no resultado líquido de IR/CS					8.235	10.242	12.290
					(15.985)	(19.881)	(23.858)

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Consolidado		Taxa	Cenário provável	Cenário I + 25%	Cenário II + 50%
		Saldo Contábil	Saldos em 31/12/2025				
Debênture CP	Alta IPCA	(21.294)	(21.294)	IPCA (iii)	(862)	(1.078)	(1.294)
Empréstimos CP	Alta CDI	(453.150)	(453.150)	CDI (i)	(61.356)	(76.696)	(92.035)
Empréstimos CP	Alta Dolar	(3.080)	(606)	Dolar	(3.333)	(4.166)	(5.000)
Instrumentos Derivativos Passivos	Alta CDI	(752)	(752)	CDI (i)	(92)	(121)	(145)
Aplicações Financeiras (ii)	Alta CDI	123.712	123.712	CDI (i)	15.173	19.891	23.870
Exposição líquida /Efeito resultado		(354.564)			(50.470)	(62.170)	(74.604)

(i) Cenário de juros CDI obtido com base nas taxas referenciais B3; (ii) Cenário de aplicação financeira considera um rendimento médio de 95% da CDI; (iii) Cenário do IPCA obtido com base no relatório FOCUS do BACEN. **g. Hierarquia de valor justo:** A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: **Nível 1:** preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; **Nível 2:** outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; **Nível 3:** técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Os ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado aproximam-se dos respectivos valores justos, pois são ajustados por provisões, valores presentes e/ou atualizados por taxas de mercado pós-fixadas. Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados a valor justo e são calculados com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de swap, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar swaps de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito da Companhia e da contraparte, calculado com base nos spreads de crédito derivados de credit default swaps ou preços atuais de títulos negociados.

Ativos financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Notas	Controladora		Consolidado	
				31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	Custo amortizado	-	3	20.067	141.530	34.299	146.112
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	-	4	223	10.589	89.413	131.611
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	6	31.481	6.804	51.550	18.873
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	5	-	798	-	798
				51.771	159.721	175.262	297.394
Passivos financeiros							
Fornecedores	Custo amortizado	-	12	585.372	507.797	845.823	748.367
Obrigações decorrentes de compras de mercadorias	Custo amortizado	-	13	47.995	68.514	74.846	120.175
Empréstimos e financiamentos (i)	Custo amortizado	-	14	175.721	222.877	456.230	471.937
Debêntures	Custo amortizado	-	15	-	-	198.275	251.406
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	-	16	404.537	288.352	562.081	476.759
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	5	-	-	5.702	10.854
				1.213.625	1.087.540	2.142.957	2.079.498

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas, conselheiros e diretores da CVLB Brasil S.A. Rio de Janeiro, RJ: **Abstenção de opinião:** Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CVLB Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Base para abstenção de opinião:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia incorreu em prejuízos de R\$ 767.714 mil e, naquela data, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 1.227.921 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa nº 1 e com o fato da Companhia ter ajuizado pedido de recuperação judicial em 28 de abril de 2026, indicam a existência de incertezas que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. A reversão desta situação depende da deliberação e aprovação do plano de recuperação judicial, que ainda não ocorreu. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar, no estágio atual, qual será o desfecho desse assunto e seus possíveis impactos sobre as demonstrações financeiras, bem como concluímos se o pressuposto de continuidade operacional utilizado como base para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia é apropriado, incluindo se e como os ativos serão realizados e os passivos liquidados. **Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis,

i) Os empréstimos com derivativos associados para proteção de juros e tratados como "hedge accounting a valor justo" são mensurados a valor justo. **28 Informações por segmentos de negócios:** Base para segmentação: O Grupo possui a divisão estratégica varejo, que é seu único segmento reportável. Como forma de gerenciar seu negócio, no âmbito financeiro e operacional, a diretoria classifica seu negócio como um único segmento operacional reportável, Varejo. Com a conclusão da aquisição da CVLB, em 28 de abril de 2023, a Administração reavaliou se haveria a necessidade de novas divisões estratégicas e concluiu que as tomadas de decisões permaneciam sobre apenas um segmento operacional reportável, conforme abaixo: **Varejo:** a CVLB opera no comércio varejista, na comercialização de suas mercadorias através de lojas físicas, e de forma integrada com seus canais digitais (inclusive plataforma e-commerce). A Diretoria Executiva da Companhia revisa os relatórios gerenciais internos desse segmento mensalmente. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são as seguintes principais informações financeiras por segmento operacional reportável:

a. Segmento Reportável - Demonstração do resultado	Varejo		Total Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida com venda de produtos e serviços	2.089.068		2.089.068	
Custo das vendas e serviços prestados	(1.314.877)		(1.314.877)	
Lucro Bruto	774.191		774.191	
Receita (despesas) operacionais	(1.348.323)		(1.348.323)	
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(574.132)		(574.132)	

b. Segmentos Geográficos: A receita do segmento baseia-se na localização geográfica dos clientes.	NORDESTE		NORTE		SUDESTE		Total Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida com venda de produtos e serviços	672.332		56.571		1.360.165		2.089.068	
Custo das vendas e serviços prestados	(333.463)		(32.717)		(948.696)		(1.314.877)	
Lucro Bruto	338.869		23.853		411.469		774.191	
Receita (despesas) operacionais	(457.854)		(41.572)		(848.897)		(1.348.323)	
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(118.985)		(17.719)		(437.429)		(574.132)	

c. Segmentos Geográficos: A receita do segmento baseia-se na localização geográfica dos clientes.	CENTRO-OESTE		NORDESTE		NORTE		SUDESTE		Total Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida com venda de produtos e serviços	4.241		718.589		60.463		1.449.503		2.232.796	
Custo das vendas e serviços prestados	(2.921)		(347.900)		(34.134)		(986.848)		(1.371.803)	
Lucro Bruto	1.320		370.689		26.329		462.655		860.993	
Receita (despesas) operacionais	(5.861)		(326.648)		(29.659)		(599.770)		(961.937)	
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.540)		44.041		(3.330)		(137.115)		(100.944)	

Com a aquisição da CVLB Brasil S.A. (antiga Le Biscuit) a Companhia passou a ter presença marcante com 109 lojas nas regiões Norte e Nordeste. **29 Demonstrações de fluxos de caixa:** As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adições de novos contratos de IFRS 16	41.751	61.825	42.916	79.004
Reajustes contratos de IFRS 16	170.510	-	187.035	-
Aporte de Capital	95.938	-	-	-

30 Eventos subsequentes: (a) Pedido de recuperação judicial: A Companhia encontra-se em processo de reestruturação financeira, conduzido pelo plano de recuperação judicial e implementando medidas operacionais e financeiras voltadas à preservação da liquidez e continuidade operacional. Em 28 de abril de 2026, a Companhia ajuizou pedido de Recuperação Judicial, visando ampliar a estabilidade jurídica do processo de reestruturação, incluindo previsão de captação de até R\$ 75 milhões via DIP Financing, sujeito à aprovação judicial. Paralelamente, foram adotadas iniciativas de otimização operacional, racionalização de despesas, revisão do portfólio de unidades, gestão rigorosa de caixa e elaboração de projeções financeiras, com suporte de assessores especializados. A Administração entende que tais medidas contribuem para a preservação da liquidez e da continuidade das operações, que seguem normalmente nos canais físicos e digitais. **(b) Novas captações:** Em 20 de março de 2026 a Companhia concretizou a emissão de sua cédula de crédito bancário junto ao Banco Guanabara com valor nominal de R\$ 6.999.615,87 com prazo de 1096 dias contados da data de emissão, com taxa de juros de 0,41% a.m e 5,0325% a.a, indexador de 100% CDI-CETIP, encargos pós fixados, CET de 7,25% a.a e vencimento 20 de março de 2029.

Ivo Benderoth - Presidente. Tiago de Oliveira Nascimento - Diretor Financeiro.
Érica de Almeida Fontes Augusto - Contadora - CRC RJ 089846/O-5.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Devido a relevância do assunto descrito na seção "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir se essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada Base para abstenção de opinião, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Rio de Janeiro, 29 de maio de 2026.
KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-RJ; Juliana Ribeiro de Oliveira - Contadora CRC RJ-095335/O-0.

Tangará Energia S.A.

CNPJ/MF nº 03.573.381/0001-96

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				
Ativo	2025	2024	Passivo	2025	2024	2025	2024	
								Circulante
Caixa e equivalentes de caixa	12.134	134.429	Contas a pagar e Fornecedores	6.553	9.557	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.747	29.755
Contas a receber de clientes	5.135	17.257	Contas a pagar – Partes relacionadas	8.919	327	Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social das operações descontinuadas	-	(135.756)
Contas a receber – Partes relacionadas	22.202	12.511	Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	32.712	Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa		
Despesas antecipadas	675	388	Passivo de arrendamento	191	208	Depreciação do ativo imobilizado e Amortização de		
Estoques	1.481	1.210	Uso de bem público – UBP	272	13	Mais-Valia	34.453	34.453
Impostos e contribuições a recuperar	20.269	14.867	Obrigações sociais e trabalhistas	69	269	Uso de Bem Público (UBP) – direito de outorga –		
Dividendos a receber	-	3.174	Impostos e contribuições a recolher	4.346	974	Amortização	65	65
Adiantamentos a fornecedores	4.819	3.937	Dividendos a pagar	-	177	Uso de Bem Público (UBP) – direito de outorga –		
Outras contas a receber	2.508	1.928	Outras contas a pagar	244	17	Atualização monetária	804	315
Total do ativo circulante	69.223	189.701	Total do passivo circulante	20.594	44.254	Amortização de ativo de direito de uso	188	192
Ativo não circulante			Ativo não circulante			Juros sobre passivo de arrendamento	40	31
Mútuos a receber	-	1.500	Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	222.267	Baixa de ativo imobilizado	31	-
Depósitos judiciais	280	237	Passivo de arrendamento	137	305	Resultado de equivalência patrimonial	(1.224)	(2.644)
Investimentos	-	10.140	Impostos diferidos	6.170	7.680	Provisão para demandas judiciais	(90)	(117)
Imobilizado	122.022	156.278	Provisão para demandas judiciais	-	90	Baixa de mútuos a receber	1.500	-
Uso de bem público – UBP	38	103	Total do passivo não circulante	6.307	230.342	Juros sobre empréstimos e financiamentos	25.349	5.151
Ativo de direito de uso	283	471	Patrimônio líquido			Amortização de despesa de contratação	1.514	514
Total do ativo não circulante	122.623	168.729	Capital social	220.337	151.476	IOF sobre mútuo a receber	-	(1.364)
Total do ativo	191.846	358.430	Reserva de capital	17.758	17.758	Perda com operações descontinuadas	-	135.414
Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			Reserva de incentivos fiscais	8.853	8.853	(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	12.250	(105.186)	Ajuste de avaliação patrimonial	(5.481)	(597)	Contas a receber de clientes	12.122	4.316
Total do resultado abrangente do exercício	12.250	(105.186)	Prejuízos acumulados	(76.522)	(93.656)	Contas a receber – Partes relacionadas	(9.691)	2.441
Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			Total do patrimônio líquido	164.945	83.834	Despesas antecipadas	(287)	24
Receita operacional líquida	134.121	201.848	Total do passivo e do patrimônio líquido	191.846	358.430	Estoques	(271)	(1.210)
Custo de geração de energia	(99.229)	(121.349)				Impostos e contribuições a recuperar	(5.402)	(6.465)
Lucro bruto	34.892	80.499	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.747	29.755	Adiantamentos a fornecedores	(882)	-
Receitas (despesas) operacionais			Imposto de renda e contribuição social			Depósitos judiciais	(43)	(207)
Despesas administrativas e gerais	(2.136)	(1.516)	Corrente	(3.006)	-	Outras contas a receber	(580)	(117)
Resultado com equivalência patrimonial	1.224	2.644	Diferido	1.509	815	Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Outras receitas e despesas operacionais	(1.586)	(3.131)	Lucro líquido das operações continuadas	12.250	30.570	Contas a pagar – Fornecedores	(3.004)	(465)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	32.394	78.496	Operações descontinuadas					

CASO GRITZBACH

MP pede condenação de 7 policiais por extorsão

FAUSTO MACEDO
E FELIPE DE PAULA/AE

Promotores do Ministério Público de São Paulo que atuam no combate ao Primeiro Comando da Capital (PCC) pediram à Justiça a condenação de sete policiais civis e outros quatro acusados na Operação Tacitus, investigação sobre um esquema de lavagem de dinheiro e extorsão da facção delatado pelo empresário Antônio Vinícius Lopes Gritzbach, assassinado em novembro de 2024 no Terminal 2 do Aeroporto internacional de São Paulo, em Guarulhos, em um ataque a tiros de fuzil à queima-roupa.

Pouco antes de ser executado à luz do dia na área externa do maior aeroporto da América Latina, Gritzbach firmou um acordo de delação premiada com a Promotoria no qual detalhou esquemas de lavagem de dinheiro do PCC e relatou uma rede de corrupção e extorsão envolvendo investigadores e delegados de diferentes unidades da Polícia Civil paulista.

Em outra investigação, 16 policiais militares são investigados

pela participação na escolta ilegal do delator e no seu fuzilamento sumário.

A delação de Gritzbach deu origem à Operação Tacitus, deflagrada pela Polícia Federal e pelo Gaeco em dezembro de 2024 para desarticular um dos braços financeiros da facção.

PERPETUAÇÃO DO PCC

Em alegações finais no processo - etapa derradeira da Operação Tacitus - os promotores apontam provas de que os acusados participaram de um esquema ligado ao PCC e praticaram lavagem de dinheiro, corrupção passiva, peculato, agiotagem e tráfico de drogas.

"As consequências especialmente graves dos crimes cometidos também devem ser consideradas, caracterizando-se pela extensão da atuação da organização criminosa promovida pelos acusados, da contaminação de diversos setores da economia formal, como o mercado imobiliário, com dinheiro do crime, por sua profunda contaminação de instituições do Estado e, ainda, por ter se mostrado capaz dos mais extremados atos de violência pa-

ra a consecução de suas finalidades ilícitas, como evidenciado pelo assassinato de Antonio Vinícius Gritzbach, réu colaborador em processo criminal conduzido por esta Vara de Organizações Criminosas, em plena luz do dia e no ambiente lotado do maior Aeroporto da América do Sul, vitimando ainda outros três transeuntes e colocando a vida de outras tantas em risco", anotam os promotores do Gaeco.

O Ministério Público também pediu que a Justiça condene os réus ao pagamento de indenização por danos materiais, morais coletivos e sociais. Os promotores defendem a fixação de indenização mínima de R\$ 40 milhões por acusado, ou seja, um total de R\$ 440 milhões.

Os promotores argumentam que "o dano social, por sua vez, manifesta-se na perpetuação das atividades do PCC durante todo o período em que a rede de proteção policial aqui apurada esteve ativa".

"Esse custo social, mensurado em vidas, em segurança pública degradada e em confiança institucional destruída, não pode ser absorvido sem resposta do

Poder Judiciário", afirma o MP.

ACUSADOS

- Ademir Pereira de Andrade, empresário e apontado como operador financeiro do PCC, acusado por organização criminosa, agiotagem e lavagem de dinheiro em cinco episódios.

- Ahmed Hassan Saleh, advogado e apontado como operador ligado à cúpula do PCC, acusado por organização criminosa, lavagem de dinheiro em três episódios e tráfico de drogas.

- Eduardo Lopes Monteiro, investigador da Polícia Civil de São Paulo, acusado por organização criminosa, corrupção passiva, peculato e lavagem de dinheiro. O MP pediu absolvição por associação criminosa, um episódio de corrupção passiva e um episódio de lavagem de dinheiro.

- Fabio Baena Martin, delegado da Polícia Civil de São Paulo, acusado por organização criminosa, peculato e corrupção passiva. O MP pediu absolvição por associação criminosa, um episódio de corrupção passiva e um episódio de lavagem de dinheiro.

- Marcelo Marques de Souza,

o "Bombom", investigador da Polícia Civil de São Paulo, acusado por organização criminosa e lavagem de dinheiro em contumeliosidade delitativa.

- Marcelo Roberto Ruggieri, o "Xará", investigador da Polícia Civil de São Paulo, acusado por organização criminosa e lavagem de dinheiro em dois episódios.

- Robison Granger de Moura, o "Molly", empresário, acusado por organização criminosa e lavagem de dinheiro em três episódios.

- Rogério de Almeida Felício, investigador da Polícia Civil de São Paulo, acusado por organização criminosa, peculato e lavagem de dinheiro.

- Danielle Bezerra dos Santos, esposa de Rogério Felício, acusada por organização criminosa e lavagem de dinheiro.

- Valdenir Paulo de Almeida, o "Xixo", agente da Polícia Civil de São Paulo, acusado por organização criminosa e corrupção passiva.

- Valmir Pinheiro, o "Bolsom", agente da Polícia Civil de São Paulo, acusado por organização criminosa.

A única exceção ao pedido de

condenação do Ministério Público é o delegado Alberto Pereira Matheus Júnior, da Polícia Civil, que ocupou cargos importantes no Departamento Estadual de Investigações Criminais e no Departamento Estadual de Investigações sobre Entorpecentes. Os promotores pediram sua absolvição integral por falta de provas.

RELÓGIOS

Os promotores apontam que "a revelação de que policiais do DHPP, prestigiado departamento da polícia civil, responsáveis pela investigação de homicídios de lideranças do PCC, subtraíram relógios de investigados, prometiam depor em seu favor em juízo, vazavam informações sigilosas à cúpula da facção e mantinham canais abertos líderes da organização criminosa não é apenas um desvio funcional grave mas sim uma sinalização de que o Estado pode ser comprado e que as investigações criminais mais sensíveis da cidade de São Paulo eram conduzidas, ao menos em parte, por quem tinha interesse em seu fracasso".

POLÍCIA MILITAR

Governo de SP abre seleção para contratar 2 mil novos soldados

O Governo de São Paulo publicou na quarta-feira, o edital para o concurso que prevê a contratação de 2 mil soldados da Polícia Militar. As inscrições começam no dia 15 de junho e vão até 21 de agosto. O salário inicial para o cargo é de R\$ 5.482,51. A iniciativa faz parte do programa de fortalecimento das forças de segurança e da recomposição do efetivo policial em todo o estado, com a meta de viabilizar 26 mil novos policiais na gestão.

Desde de janeiro de 2023, 16.279 policiais civis e militares concluíram a formação e já estão atuando nas ruas em todo o estado. Outros 2.220 profissionais seguem em formação. Entre eles, há, na Polícia Militar, 1.185 soldados e 561 alunos-oficiais. Na Polícia Civil, são 474 delegados.

Com o edital lançado hoje, já são 5.691 vagas de concurso em andamento, considerando os editais atualmente abertos nas forças de segurança. Há ainda outras 2.397 vagas já autorizadas.

INSCRIÇÕES

As inscrições para o concurso começam no próximo dia 15 de junho e seguem até

21 de agosto. Os interessados deverão se inscrever pelo site da Fundação Vunesp, organizadora do concurso.

"Estamos ampliando continuamente os investimentos na segurança pública, com a contratação e formação de novos policiais para reforçar o efetivo em todas as regiões do estado. Esse é mais um passo importante para garantir um atendimento cada vez mais eficiente à população e fortalecer o combate à criminalidade", afirmou o secretário da Segurança Pública do Estado, Osvaldo Nico Gonçalves.

REQUISITOS

Para participar do concurso, os candidatos devem atender aos requisitos previstos no edital, entre eles ter entre 17 e 30 anos de idade e cumprir os critérios mínimos de altura, de 1,55 metro para mulheres e 1,60 metro para homens. O salário inicial para o cargo é de R\$ 5.482,51. Além disso, para a posse, é preciso estar em dia com obrigações eleitorais e militares.

As provas poderão ser realizadas em 51 municípios, sendo 37 cidades paulistas e outras 14 localizadas em diferentes regiões do país.

Crédito para inovação no campo: nova linha do FAT amplia acesso de produtores rurais a financiamentos



PEXELS

necessidade de adoção de tecnologias capazes de elevar a eficiência produtiva e reduzir custos operacionais.

De acordo com nota do Ministério da Fazenda divulgada após a decisão do CMN, a medida faz parte de uma política de estímulo ao investimento produtivo e à difusão tecnológica. A pasta também informou que a demanda pelas linhas de inovação financiadas pelo FAT cresceu nos últimos anos, especialmente entre micro, pequenas e médias empresas.

Crédito rural e inovação tecnológica ganham espaço no agro

A nova regulamentação integra um conjunto de medidas voltadas ao fortalecimento do financiamento para inovação no país. Em março, o CMN elevou de 1,5% para 2,5% o limite de recursos do FAT vinculados à Taxa Referencial (TR) destinados a operações de inovação, ampliando a capacidade de oferta de crédito para projetos tecnológicos. Segundo o Ministério da Fazenda, a alteração busca atender uma demanda reprimida observada nos últimos anos e garantir maior previsibilidade aos financiamentos.

Ao anunciar a medida, o ministério afirmou que a ampliação do limite tem como objetivo assegurar a continuidade dos investimentos produtivos e fortalecer a disseminação de novas tecnologias em diferentes segmentos da economia. Em abril, outra decisão do CMN também passou a priorizar, nessas linhas de financiamento, equipamentos de informática e automação desenvolvidos com tecnologia nacional.

Para o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, o financiamento à inovação é um instrumento para ampliar a competitividade da produção brasileira e estimular investimentos de longo prazo. Em manifestações institucionais recentes do banco, Mercadante tem defendido o fortalecimento de mecanismos de crédito capazes de apoiar a modernização tecnológica de empresas e produtores em diferentes setores da economia.

A expectativa é que a inclusão de pessoas físicas e empresários individuais amplie o alcance das linhas de financiamento e facilite a entrada de produtores rurais de menor porte em projetos de modernização. Com a crescente adoção de tecnologias digitais no campo, o crédito direcionado à inovação tende a ocupar papel cada vez mais relevante na estratégia de desenvolvimento do agronegócio brasileiro, setor que busca aumentar produtividade e competitividade em um cenário de transformação tecnológica.

POR REDAÇÃO

Produtores rurais, pescadores, aqüicultores e trabalhadores ligados ao agronegócio passaram a contar com uma nova possibilidade de acesso ao crédito para investimentos em inovação, digitalização e modernização produtiva. A mudança foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em maio deste ano e permite que pessoas físicas e empresários individuais também utilizem linhas financiadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que anteriormente estavam concentradas em empresas formalmente constituídas. A medida busca ampliar o alcance dos investimentos em tecnologia no campo e estimular ganhos de produtividade em um dos setores que mais contribuem para a economia brasileira.

Os recursos são repassados pelo FAT ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), responsável pela operação das linhas de financiamento voltadas à inovação. Entre os investimentos que poderão ser financiados estão a aquisição de máquinas e equipamentos, soluções de automação, sistemas digitais de gestão e tecnologias voltadas à produção rural. Segundo o governo federal, a mudança também alcança atividades ligadas à produção florestal, pesca e aqüicultura.

A ampliação ocorre em um momento em que o crédito se tornou um dos principais instrumentos para sustentar a modernização do agronegócio. Dados do Ministério da Agricultura mostram que o setor respondeu por cerca de um quarto do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro nos últimos anos, além de representar parcela relevante das exportações nacionais. Nesse contexto, especialistas apontam que o acesso a financiamentos voltados à inovação tende a ganhar importância diante da

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, DA SÉRIE ÚNICA DA 146ª (CENTÉSIMA QUADRAGESIMA SEXTA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, de Série Única da 146ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451.001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do Termo De Securitizedora De Créditos Imobiliários Da Série Única Da 146ª (Centésima Quadragesima Sexta) Emissão De Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Canal Companhia De Securitizedora, Lastreados Em Créditos Imobiliários Devidos Pela Due Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Termo De Securitizedora"), conforme aditado, nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 24 de junho de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: I. Aprovar o ajuste do Anexo III - Das Despesas, previsto no Termo Da Segunda Emissão De Notas Comerciais Escriturais, Em Série Única, Com Garantias Reais E Fidejussórias, De Distribuição Privada, Da Due Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Nota Comercial"), conforme aditado, a fim de alterar a remuneração da Instituição Custodiante pelo registro da CCI, que passará a constar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), bem como ajustar o valor da custódia da CCI para R\$ 6.000,00 (seis mil reais), nos termos da Cláusula 14.1, alínea (v) do Termo de Securitizedora, passando o referido anexo a vigorar conforme o Anexo II da Ata; e II. A autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário dos CRI possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos e aditamentos aos Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitizedora) necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata de assembleia. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para e-mail: assembleias@oliveiratrust.com.br e em cópia para o e-mail: juridico@canalsecuritizedora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI DUEV (146)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizedora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.ME), bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitizedora e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitizedora). São Paulo, 02 de junho de 2026

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Alejandro Merino - Diretor de Securitizedora

TARIFAÇÃO

STF libera julgamento do processo contra Eduardo

ANDRE RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), liberou para julgamento a ação penal em que o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) é réu pela acusação de promover o tarifaço dos Estados Unidos contra as exportações brasileiras. O julgamento do caso foi marcado para terça-feira, dia 16 de junho.

O caso será julgado pela Primeira Turma da Corte, que também é formada pelos ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia, além de Moraes,

relator do processo.

Em novembro do ano passado, o STF aceitou denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) no inquérito que apurou a atuação do ex-parlamentar junto ao governo dos Estados Unidos para promover o tarifaço contra as exportações brasileiras, a suspensão de vistos de ministros do governo federal e de ministros da Corte. Ele responde pelo crime de coação no curso do processo.

Desde o ano passado, Eduardo Bolsonaro está nos Estados Unidos e perdeu o mandato de parlamentar por faltar às sessões da Câmara dos Deputados.

Antes de liberar o caso para

julgamento, Alexandre de Moraes determinou a notificação do ex-deputado por edital, mas ele não foi encontrado nem indicou advogado particular.

Diante da situação, o ministro autorizou que a defesa fosse realizada pela Defensoria Pública da União (DPU).

Nas alegações finais apresentadas ao Supremo, órgão defensor da anulação do processo e disse que Moraes não pode julgar o caso por ter sido vítima do cancelamento de vistos e das sanções financeiras oriundas da Lei Magnitsky.

"Aqui o Julgador é, ao mesmo tempo, a principal vítima das

condutas que é chamado a julgar", disse a DPU.

De acordo com a acusação feita pela PGR, Eduardo fomentou as ações dos Estados Unidos para tentar impedir o Supremo de condenar o ex-presidente Jair Bolsonaro no processo da trama golpista.

"Comprovou-se que o réu deliberadamente se utilizou de graves ameaças contra as autoridades responsáveis pelo julgamento da AP 2.668, algumas concretizadas, a fim de favorecer o interesse de seu pai, livrando-o de qualquer responsabilização criminal", argumentou a procuradoria.

CORRUPÇÃO

STF retoma ação penal contra ex-deputado Eduardo Cunha

RAISA TOLEDO/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou na última semana a ação penal por corrupção contra o ex-deputado federal Eduardo Cunha (Republicanos-MG). Ele foi citado no processo e intimado a apresentar defesa na fase de instrução processual.

A investigação que deu origem à ação penal começou na Corte em 2016, originada das investigações da Operação Lava Jato, mas foi enviada à primeira instância porque Cunha perdeu o mandato naquele ano, cassado por quebra de de-

coro parlamentar.

O caso tem outros cinco réus e retorna ao Supremo com mudança nas regras do foro privilegiado, já que, na última segunda-feira, o STF reafirmou que o foro por prerrogativa de função continua após o fim do mandato para crimes praticados no cargo.

Ao defender a retomada do processo no STF, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, argumentou que "o nexo entre as funções públicas exercidas e a prática de infração penal reativa a alçada originária da Suprema Corte".

Antes de remeter o caso ao

STF, Juízo da 1ª Zona Eleitoral de Natal aceitou denúncia do Ministério Público Federal (MPF) por crimes de corrupção (passiva e ativa), lavagem de dinheiro e organização criminosa.

De acordo com a denúncia, Eduardo Cunha e o ex-deputado federal Henrique Eduardo Alves receberam, entre 2012 e 2014, vantagens indevidas e doações eleitorais oficiais e não oficiais da empreiteira OAS em troca de atuação favorável aos interesses da empresa em projetos do Congresso Nacional.

Entre os episódios citados pela acusação estão medidas rela-

cionadas à participação da OAS na privatização dos aeroportos do Galeão e de Confins e à liberação de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a obra do estádio Arena das Dunas, em Natal.

Eduardo Cunha é atualmente pré-candidato a deputado federal por Minas Gerais e é uma das pessoas que pode ser beneficiada caso o STF não derrube as mudanças na Lei da Ficha Limpa aprovadas pelo Congresso que diminuem o tempo que o candidato "ficha suja" é impedido de se candidatar.

ASSALTO AOS COFRES

PL receberá maior fatia do fundo eleitoral para campanhas do TSE

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informou na quarta-feira que serão distribuídos R\$ 4,9 bilhões do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) para os 30 partidos que vão disputar as eleições de outubro.

O PL vai receber R\$ 881 mi-

lhões e será a legenda com a maior fatia do fundo. Em segundo lugar, está o PT, que receberá R\$ 615 milhões. Em seguida, aparece o União, com R\$ 526 milhões. As três legendas vão receber cerca de 40% dos recursos.

O repasse dos recursos está previsto na Lei das Eleições e leva em conta a divisão igualitária entre todos os partidos registra-

dos no TSE, que levam 2% do total, mais 35% em relação aos votos obtidos na Câmara dos Deputados, mais 48% conforme o tamanho da bancada na Câmara (fusões e incorporações), além da cota de 15% pela bancada no Senado.

O Fundo Eleitoral é repassado aos partidos em anos de eleições. O repasse foi criado

pelo Congresso em 2017 após a decisão do Supremo, que, em 2015, proibiu o financiamento das campanhas por empresas privadas.

Além do Fundo Eleitoral, os partidos também contam com o Fundo Partidário, que é distribuído anualmente para manutenção das atividades administrativas.

SENADO

Alcolumbre sugere 'melhorar' 6x1 e quer passar PEC por comissões

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) (foto), afirmou que a proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala 6x1 terá que tramitar nas comissões da Casa, sugerindo que o Senado deve melhorar o texto que chegou da Câmara dos Deputados.

"Quero dizer, como presidente do Senado, que essa proposta vai ter que tramitar nas comissões porque as cobranças de todos os senadores sobre a presidência são que todas as matérias possam passar, no mínimo, por uma comissão", disse Alcolumbre.

Ele quebrou o silêncio sobre a tramitação da PEC após questionamento, em plenário, do senador Styvenson Valetim (Podemos-RN), que pediu uma previsão de data para votação da matéria.

O presidente do Senado de-

fendeu que a PEC do fim da 6x1 seja votada "sem pressa", ouvindo todos os setores da sociedade. Segundo ele, a definição do processo de tramitação será após reunião de líderes na próxima semana.

"Tenho certeza absoluta de que assim como outros senadores, que pensam como eu, seria muito razoável se o Senado pudesse melhorar um texto com essa importância, se os senadores pudessem debater um assunto dessa envergadura com calma", completou.

Alcolumbre criticou a pressão para analisar a PEC do fim da 6x1 e da redução da jornada de trabalho das atuais 44 horas para 40 horas "do dia para a noite", acrescentando que não é "a favor nem contra a PEC, mas sim "a favor do debate".

"Não é razoável que a Câmara dos Deputados passe cinco meses debatendo um assunto muito relevante para o Brasil,



LULA MARQUES/ABRASIL

apreciada no Senado ainda em junho, sem alterações em relação ao texto que veio da Câmara. Se alterada pelo Senado, a PEC precisa voltar para nova análise dos deputados.

Já a oposição apresentou PEC alternativa para manter a jornada de trabalho atual, abrindo possibilidade para contratos por hora trabalhada. O líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), é contrário a redução da jornada no Brasil.

Alcolumbre falou ainda sobre votações em anos eleitorais. "Muitas vezes, o que é razoável não pode vir à tona por causa da eleição", disse.

O presidente do Senado informou que vai discutir a tramitação da matéria com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Otto Alencar (PSD-BA), por onde o texto teria que passar, inicialmente. O relator da PEC também ainda não foi definido.

MINAS GERAIS

Presidentes do PT e MDB se reúnem por palanque para Lula

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO/AE

O PT continua à procura de um palanque para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em Minas Gerais após a recusa do senador Rodrigo Pacheco (PSB). O presidente do partido, Edinho Silva, almoçou na quarta-feira, com o presidente do MDB, Baleia Rossi, e com o ex-vereador Gabriel Azevedo (MDB), pré-candidato da sigla ao Palácio Tiradentes.

Aliados do emedebista afirmaram que a conversa foi positiva e estão otimistas sobre uma aliança. A bola está com o PT, onde o diretório mineiro indicou que pretende lançar candidatura própria, embora a posição não seja unânime dentro da sigla. A principal cotada, Marília Campos (PT), não quer trocar a pré-candidatura ao Senado pelo Executivo.

"Promovemos um bom diálogo", escreveu Azevedo nas redes sociais sobre o encontro com Edinho. "Não sobre conveniências pequenas. Não sobre a política transformada em entretenimento digital. Não sobre ruído de rede social. Conversamos sobretudo sobre os problemas que o povo mineiro enfrenta", acrescentou ele.

Gabriel Azevedo foi vereador de Belo Horizonte (MG) por dois mandatos, presidente da Câmara da capital mineira e ficou em quarto lugar na última eleição para prefeito de BH. Ele iniciou a carreira política na militância do PSDB,

depois se filiou ao nanico PHS, em seguida ao Patriota e por fim ao MDB, sigla pela qual disputou a eleição de 2024.

A montagem do palanque de Lula em Minas é complexa, entre outros motivos, por causa do histórico do partido no estado. Setores do próprio PT reconhecem que a gestão de Fernando Pimentel (PT), entre 2015 e 2018, não foi bem avaliada pela população, dificultando que um petista vença a eleição para o governo estadual.

O desgaste também torna mais sensível as negociações para alianças. Azevedo e o ex-prefeito Alexandre Kalil (PDT), outro pré-candidato com quem Edinho se reuniu recentemente, topam a aliança com Lula, mas pretendem fazer uma campanha mais ao centro e sem vestir a camisa do PT durante a campanha eleitoral.

Após reunião com Edinho no último sábado, 30, Kalil afirmou que "nada mudou", indicando que as conversas não avançaram. Na eleição de 2022, Kalil foi o candidato de Lula em Minas, obteve 35% dos votos e foi derrotado por Romeu Zema (Novo) no primeiro turno. A campanha foi marcada por atritos entre o hoje pedetista e quadros do PT mineiro.

Além de Azevedo, Kalil e Marília, outros nomes cotados internamente no PT são os deputados federais Rogério Correia (PT) e Reginaldo Lopes (PT) e o empresário Josué Gomes (PSB).

TERRORISMO

Comissão vai aos EUA para tentar derrubar classificação de PCC e CV

LEVY TELES/AE

Uma comitiva de deputados da base do governo Lula foi aos Estados Unidos nesta semana para articular uma frente política com integrantes do partido democrata no Capitólio para que a Casa Branca recue da classificação do Comando Vermelho (CV) e do Primeiro Comando da Capital (PCC) como organizações terroristas.

Esse grupo de parlamentares brasileiros vai apresentar um documento com dez sugestões de cooperação entre o País e os Estados Unidos no combate ao crime organizado.

Não haverá nenhum encontro com deputados republicanos, partido do presidente Donald Trump, e nenhum representante da Casa Branca.

"A classificação de facções brasileiras como organizações terroristas por decisão unilateral estrangeira cria risco de distorção política, efeitos extraterritoriais indevidos e tensão territorial da soberania nacional", diz o documento. "A resposta adequada está na cooperação penal, policial, financeira e diplomática, com controle das autoridades competentes, preservação da ca-

deia de custódia da prova, respeito à jurisdição brasileira e foco em resultados concretos."

"O Brasil tem interesse em cooperação internacional séria contra o andar de cima do crime organizado. Essa cooperação deve ser feita pelos canais corretos, com base em provas, sob controle das autoridades competentes, com respeito ao direito internacional e com foco na desarticulação econômica das facções", disse o texto da mensagem que será enviada aos americanos.

Os deputados governistas já estão nos Estados Unidos e ficarão até sexta-feira. Na agenda estão previstos encontros com deputados do Partido Democrata, de oposição a Trump.

O grupo também se reunirá com integrantes da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

"Estamos aqui neste termo de cooperação colocando o que o governo brasileiro pretende", disse o líder do PT na Câmara, Pedro Uczai (SC), um dos integrantes da comitiva. "É o intercâmbio que queremos. Não interferência direta dos Estados Unidos, dizendo o que não podemos ou não fazer."

Nota

BRASIL VAI BUSCAR NOVOS PARCEIROS PARA DIMINUIR IMPACTOS COMERCIAIS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, na quarta-feira, que o Brasil vai continuar buscando outros parceiros de negócios para minimizar os impactos da política comercial adotada pelos Estados Unidos. Lula coordenou reunião ministerial, no Palácio do Planalto, que ocorre em meio ao anúncio de novas taxações estadunidenses a produtos brasileiros. "Nós vamos procurar outros parceiros. Se ele não quer comprar, a gente vai vender para quem quiser comprar. Não vamos ficar reclamando."



JUCERJA

Rio de Janeiro registra mais de 7,7 mil novos negócios em maio

O Estado do Rio de Janeiro contabilizou a abertura de 7.744 novos negócios em maio de 2026, o maior resultado já registrado para o mês, segundo dados da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA). O desempenho supera em 11,5% a marca anterior, alcançada em maio de 2025, quando foram constituídas 6.943 empresas.

De janeiro a maio, foram abertos 42.410 novos negócios em território fluminense. O volume é 16,5% superior ao observado no mesmo período do ano passado, quando a soma dos cinco primeiros meses chegou a 36.411. A marca de 2026 é a melhor da série histórica para o período: 8.436 empresas abertas em janeiro; 8.471 em fevereiro;

10.081 em março; e 7.678 em abril. Com os números de maio, o acumulado do ano ultrapassa pela primeira vez a marca de 42 mil novos empreendimentos constituídos no estado.

A capital concentra o maior número de registros no total do ano, com 20.484 empresas abertas. Em seguida aparecem Niterói, com 3.487 constituições; Duque de Caxias, com 1.640; Nova Iguaçu, com 1.292; e São Gonçalo, com 1.288 novos negócios.

Os segmentos que mais registraram novos negócios em 2026 foram: apoio administrativo, serviços médicos ambulatoriais, comércio de roupas e acessórios, gestão de participações empresariais e consultoria em gestão empresarial.

CASO HENRY

'Um psicopata e uma narcisista', diz promotor sobre Jairo e Monique

RAYANDERSON GUERRA/AE

"Um psicopata de um lado e uma narcisista de outro". Foi assim que o promotor Fábio Vieira descreveu o ex-vereador Jairo Souza Santos Júnior, o Jairinho, e Monique Medeiros, acusados pela morte de Henry Borel, de 4 anos. O julgamento do ex-parlamentar e da mãe do menino completa 10 dias - considerado o mais longo da história do Rio de Janeiro - e deve ser concluído nesta quinta-feira.

"Tudo indica que ele é um psicopata muito severo. E a Monique é narcisista", diz.

O julgamento entrou quarta na última fase, com a sustentação da acusação e a fase de debates com as defesas de Jairo e Monique. Após essa etapa, os jurados se reúnem e

decidem se os dois são ou não culpados.

"Quando a gente olha e se debruça nesse processo, a gente vê os gritos desse garoto pedindo socorro para a mãe. Os gritos desse garoto para a mãe pedindo para que ele fosse salvo", afirmou o promotor Vieira.

A sessão começou por volta das 10h30. A acusação focou em tentar contrapor a narrativa de Monique, de que não teria identificado as agressões de Jairo ao filho. Os promotores sustentaram que a professora, mesmo com sinais de que o então namorado agredia Henry, não teria atuado para impedir a violência.

"Monique soube desde o início quem era o Jairo", afirmou Cristiano Medina, assistente de acusação.

BACTÉRIA

Anvisa manda recolher lote da água Crystal sem gás

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou na quarta-feira a Resolução 2.247/2026, na qual comunica o recolhimento voluntário do lote LZ1 VAL 200127 3 P 200126 da Água Mineral Natural sem Gás da marca Crystal.

O produto é fabricado pela Mineração Bom Jesus Ltda (CNPJ: 07.245.544/0001-62), localizada em Luziânia, em Goiás. A própria empresa determinou o recolhimento após laudo laboratorial constatar contaminação pela bactéria Pseudomonas.

O lote é composto por 374,4 mil garrafas de 500 ml e foi distribuído no Distrito Federal (230.443), em cidades vizinhas de Goiás (66.768), em Tocantins (1.439) e no interior de São Paulo (75.750). Ainda segundo a Mineração Bom Jesus, até o momento não há registro de reclamações de consumidores relacionadas a esse lote nos canais oficiais de atendimento.

BACTÉRIA

O recolhimento voluntário está sendo feito "após a emissão de laudo do Laboratório Central de Saúde Pública do Distrito Federal (Lacen-DF), que identificou a presença da

bactéria Pseudomonas aeruginosa em amostra do produto coletada durante ação de rotina da Diretoria de Vigilância Sanitária do DF (Divisa/DF) para análise de alimentos".

Segundo a empresa, a contraprova, que gerou o Laudo de Análise Fiscal Definitivo, foi realizado conforme "previsão do Guia para Harmonização de Procedimentos no Âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, e o resultado confirmou a presença da bactéria na amostra analisada".

Orientação ao consumidor
A Anvisa orienta os consumidores que verifiquem sem têm em casa unidades do lote LZ1 VAL 200127, fabricado em 20/1/2026 e com validade até 20/01/2027. "Caso tenham o produto em casa, não devem consumi-lo e precisam aguardar as orientações públicas da empresa sobre devolução e reembolso".

"De acordo com as informações apresentadas pela empresa à Anvisa, o recolhimento do produto foi iniciado imediatamente em distribuidoras, e cerca de 99,2% das unidades do lote já não estariam mais disponíveis nas prateleiras para compra pelo consumidor".

DIPLOMACIA

Brasil contesta EUA sobre práticas de trabalho forçado

PEDRO RAFAEL VILELA/AE

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) divulgou nota, na tarde desta quarta-feira, em que contesta a decisão do Escritório de Comércio dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) de estabelecer tarifas adicionais de 10% ou 12,5% sobre as importações de 59 países e a União Europeia, incluindo o Brasil. A alegação dos norte-americanos, divulgada na terça-feira, é de supostas falhas no combate ao comércio de produtos fabricados com trabalho forçado.

"É lamentável que tema tão relevante como o da proteção de condições dignas para milhões de trabalhadores e trabalhadoras seja desvirtuado para servir de justificativa a medidas protecionistas unilaterais", criticou o Palácio do Itamaraty, na manifestação.

A nota ressalta que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) reconhece o Brasil há décadas "como referência internacional no combate ao trabalho forçado, graças à combina-

ção de fiscalização, responsabilização, cooperação institucional e compromisso político".

"É um absurdo tentar associar a competitividade da economia brasileira a insumos externos obtidos por meio de comércio que viole a dignidade humana", disse o texto.

A decisão do USTR é baseada em investigações de práticas comerciais desleais da Seção 301 - mecanismo da Lei de Comércio americana de 1974 que permite investigar e retaliar países que adotam práticas comerciais ou regulatórias consideradas injustas ou prejudiciais aos interesses norte-americanos. O governo do presidente Donald Trump busca restabelecer tarifas de emergência que foram anuladas por decisão da Suprema Corte do país em fevereiro.

Em outra decisão desta semana, os EUA também anunciaram que poderão taxar importações de bens produzidos por trabalhadores brasileiros com uma nova tarifa punitiva de 25%. A alegação, neste caso, é de que algumas práticas do Brasil seriam "desleais". Dentre elas, estão o comércio digital por meio do sistema de pagamentos PIX e

o desmatamento ilegal de áreas florestais. O governo brasileiro também rebateu essa decisão em posicionamento publicado na terça-feira.

RECIPROCIDADE

A nota do Itamaraty aponta ainda que o Brasil poderá recorrer aos instrumentos previstos na Lei de Reciprocidade, aprovada por unanimidade pelo Congresso Nacional no ano passado. A legislação autoriza o governo brasileiro a adotar medidas comerciais contra países e blocos que imponham barreiras unilaterais aos produtos nacionais transacionados no mercado global.

A pasta destaca que o Brasil forneceu manifestações escritas e explicações sobre o arcabouço legal nacional para coibir importações de bens produzidos por trabalho forçado. Também argumentou que as autoridades aduaneiras brasileiras "detêm competência legal para negar a entrada e confiscar qualquer mercadoria estrangeira que seja contrária à moral pública, aos bons costumes, à saúde pública ou à ordem pública". E que qual-

quer bem produzido no todo ou em parte por trabalho forçado enquadra-se nessa definição.

Em outro ponto da nota, o Itamaraty aponta que os acordos de livre comércio celebrados pelo Brasil e pelo Mercosul, entre eles com a União Europeia e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), contêm compromissos de eliminação do trabalho forçado e compulsório e de aplicação efetiva dessas proibições.

"O Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil segue à disposição para continuar a histórica e ativa cooperação com o Departamento de Trabalho dos EUA, em estreita coordenação com parceiros sindicais e a OIT, para responder aos desafios enfrentados pelos trabalhadores e trabalhadoras ao redor do mundo.

O Governo reafirma a expectativa de que as recomendações preliminares do USTR não se convertam em tarifas efetivas e reitera que adotará medidas para reduzir os danos que venham a ser causados à economia, aos empregos e à renda dos brasileiros", finaliza o governo brasileiro.

ACUSAÇÕES MENTIROASAS

Cuba rebate EUA: empresas cubanas foram construídas contra bloqueio

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O governo de Havana rebateu as acusações recentes dos Estados Unidos (EUA) de que os dirigentes da ilha usam as empresas estatais para enriquecer. Em nota, Cuba afirma que o modelo do Grupo de Administração de Empresas (Gaesa) foi construído para enfrentar a guerra econômica movida por Washington contra a ilha.

"Seu objetivo sempre foi reunir empresas com capacidade de gerar divisas e recursos que o Estado necessita para manter e desenvolver as conquistas sociais e contribuir para a promoção de setores e ramos da vida nacional", diz comunicado publicado na terça-feira passada.

Havana cita os serviços prestados pela Gaesa, como a construção de mais de 10 mil residências, além de investimentos em educação infantil, para construir a termelétrica de Hol-

guín, obras hidráulicas e as transposições de água que "beneficiaram milhões de cubanos", além de servir para "sustentar a economia cubana durante os anos da pandemia de Covid-19".

"A Gaesa não é uma estrutura opaca, nem paralela ao Estado cubano; pelo contrário, tem sido uma resposta articulada e de comprovada eficácia contra o bloqueio econômico que historicamente tentou sufocar a Revolução Cubana", diz o comunicado oficial.

Havana condena as acusações dos EUA, que teriam o objetivo de "confundir tanto o nosso povo quanto a opinião pública internacional". Ainda segundo o governo liderado por Miguel Díaz-Canel, a nova investida contra a Gaesa busca afastar atores estrangeiros que realizam negócios com as empresas do grupo.

"O objetivo deliberado é isolar o país diplomática, comer-

cial, financeira e energeticamente; minar a sustentabilidade da nação; condicionar o diálogo; e considerar opções de agressão militar. Precisam construir e consolidar uma narrativa de descrédito reputacional contra todas as instituições que sustentam o nosso projeto social", conclui o comunicado.

O governo do presidente Donald Trump tem aumentando a pressão sobre a ilha de quase 11 milhões de habitantes, cortando o acesso ao petróleo e aumentando as sanções contra aqueles que comercializam com Cuba.

No início de maio, após nova Ordem Executiva da Casa Branca, a empresa canadense Sherritt International abandonou as atividades no país caribenho que mantinha por meio de uma joint venture para mineração de níquel em parceria com a Gaesa.

A historiadora cubana Caridade Massón Sena, professora

visitante na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), avaliou que as acusações dos EUA contra a Gaesa são pretextos para derrubar o governo liderado pelo Partido Comunista.

"Eles usam esse pretexto de que os dirigentes da Gaesa roubam Cuba por meio do turismo porque o turismo é um dos setores que mais dinheiro gera no país. E não apresentaram nunca provas disso", comentou.

BLOQUEIO ECONÔMICO

O bloqueio econômico contra Cuba levou a ilha ficar três meses sem receber uma gota de petróleo. As medidas da Casa Branca têm causado aumento dos apagões, a elevação dos preços de produtos básicos, a redução do transporte público e da oferta da cesta básica alimentar subsidiada pelo Estado. Para moradores de Havana consultados pela Agência Brasil, esse é o pior momento do país.

FESTA EM HAVANA

Cuba comemora os 95 anos de Raúl Castro em meio à tensão com os EUA

Cuba celebrou quarta-feira, o aniversário de 95 anos do ex-presidente Raúl Castro, figura central no aumento das tensões entre a ilha e os Estados Unidos, que o indiciaram recentemente.

O Partido Comunista de Cuba publicou vários vídeos nas redes sociais desde terça-feira, em homenagem à história política de Castro, com relatos de apoiadores do ex-ditador.

"Para falar de Cuba, é preciso falar de Raúl", afirmou a diretora do Coro Nacional de Cuba, Digna Guerra. "Ele representa a identidade cubana, representa o povo cubano, representa a revolução, que para nós tem um significado imenso. Obrigada por existir."

Em publicação no X, a Embaixada de Cuba nos EUA também parabenizou o aniversariante. "Poucas pessoas têm o privilégio, a saúde, o estoicismo - e, se quiserem, podem acrescentar também: aquela teimosia tipicamente cubana - de chegar

aos 95 anos de idade", escreveu.

Duas semanas antes de seu aniversário, Castro foi indiciado por homicídio nos EUA por um caso que envolve um incidente ocorrido em 1996, quando o ex-ditador ainda era ministro da Defesa, no qual duas aeronaves operadas pelo grupo humanitário Brothers to the Rescue - formado por pilotos cubanos exilados e radicados em Miami - foram derrubadas pela Força Aérea de Cuba. O episódio deixou quatro pessoas mortas e ampliou as tensões diplomáticas entre Havana e Washington na época.

A medida não foi bem recebida por Cuba. O presidente da ilha, Miguel Díaz-Canel, afirmou que ela era uma "ação política sem base jurídica".

O indiciamento aumentou a tensão na relação entre os dois países. Os EUA pressionam por uma mudança de regime em Havana e acusam o atual governo de desviar bilhões de dólares,

enquanto Cuba teme uma operação americana para derrubar Díaz-Canel.

Castro não fez comentários públicos sobre o indiciamento. Ele foi visto pela última vez em 1º de maio, durante um ato que reuniu milhares de cubanos. O ex-ditador estava ao lado de Díaz-Canel e, como de costume, vestia um uniforme militar verde-oliva.

Apesar de ter deixado oficialmente a política em 2021, ele ainda atua como general das Forças Armadas Revolucionárias de Cuba e tem uma cadeira na Assembleia Nacional.

Ele assumiu a presidência interinamente em 2006, quando seu irmão, Fidel Castro, líder da Revolução Cubana, ficou doente. Em 2008, ele foi oficialmente eleito pela Assembleia Nacional.

Nos anos seguintes, Castro mostrou-se mais liberal do que o irmão, permitindo a operação de empresas privadas em Cuba.

Ao mesmo tempo, o então presidente dos EUA, Barack Obama, suspendeu restrições às remessas e às viagens familiares e permitiu que cidadãos americanos viajassem para Cuba sob determinadas condições.

Em 2015, os EUA e Cuba restabeleceram relações diplomáticas e reabriram suas embaixadas. Um ano depois, Obama viajou à ilha para se encontrar com Castro. Nesse mesmo ano, os voos comerciais entre os dois países foram retomados.

Sob a gestão de Castro, Cuba também iniciou negociações com a Rússia, em junho de 2014, que levaram ao cancelamento de 90% de uma dívida multibilionária herdada da época da União Soviética.

Em 2018, Castro deixou a presidência nas mãos de Díaz-Canel, marcando a primeira vez em décadas que uma pessoa sem o sobrenome "Castro" assumiu o controle da ilha.